HISTÓRIA SOCIAL DA PSICOLOGIA

organizadores

Francisco Teixeira Portugal

Cristiana Facchinetti

Alexandre de Carvalho Castro

NAU EDITORA

HISTÓRIA SOCIAL DA PSICOLOGIA

Organizadores:

Francisco Teixeira Portugal
Cristiana Facchinetti
Alexandre de Carvalho Castro

HISTÓRIA SOCIAL DA PSICOLOGIA

Organizadores:

Francisco Teixeira Portugal
Cristiana Facchinetti
Alexandre de Carvalho Castro

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8128-062-2 (recurso eletrônico)

1. Psicologia. 2. Psicologia social. 3. História Social. I. Portugal, Francisco Teixeira. II. Facchinetti, Cristiana. III. Castro, Alexandre de Carvalho.

18-49784 CDD: 150.9

CDU: 159.9

1a. edição – 2018

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Um livro de História sempre tem também sua própria história, ainda que às vezes nem sempre muito explícita. A deste livro começou assim: em uma reunião realizada na sala do Programa Clio-Psyché de estudos e pesquisas em História da Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2015, os três organizadores deste livro e pesquisadores em História da Psicologia lidavam com demandas muito específicas.

A primeira delas dizia respeito a um projeto contemplado pelo Edital de Ciências Humanas e Sociais (CNPq), que previa a elaboração de um livro sobre a pesquisa em História da Psicologia a fim de orientar futuros pesquisadores na área. Havia também igual preocupação com as atividades relativas ao Grupo de Trabalho (GT) em História Social da Psicologia, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) – do qual todos os autores deste livro fazem parte – principalmente em função da importância de realizar um trabalho efetivamente integrado.

O ritmo de trabalho, que se seguiu à decisão de escrever um livro com as características deste material que você tem em mãos, foi contingenciado tanto pelo necessário aprofundamento das reflexões, quanto pela laboriosa agenda de pesquisa do torvelinho acadêmico e institucional.

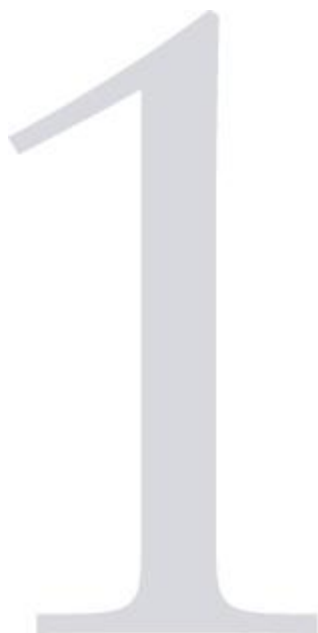
Nossa ideia foi a de problematizar narrativas e procedimentos disseminados entre os historiadores da Psicologia. Usualmente a atividade do historiador da Psicologia parece se limitar a construir uma narrativa um tanto distanciada do que a Psicologia anda fazendo nos dias de hoje. Lemos grande número de livros de História da Psicologia com narrativas que parecem surgir de um lugar misterioso – frequentemente inserido na cabeça de algum pensador europeu ou norte-americano que teve uma ideia brilhante –, sem que nós, muitos anos depois, consigamos relacionar esta ou aquela Psicologia narrada com seu local de emergência, com seus problemas e com os modos pelos quais a reflexão escrita foi efetivamente investida no campo social. Foi pensando nisso que consideramos importante abordar questões relevantes para a atualidade. Abordálas historicamente significa mostrar análises históricas potencializadoras de nossa ação como psicólogos.

Movidos por estas duas orientações básicas elaboramos o livro em duas grandes partes. Os três primeiros capítulos foram dedicados ao debate do porquê, do como e dos efeitos da História da Psicologia. Os três capítulos finais estão voltados para algumas abordagens ainda minoritárias nos livros de Psicologia e na reflexão histórica da Psicologia – a libertação, a raça e o racismo e a história da História da Psicologia Social.

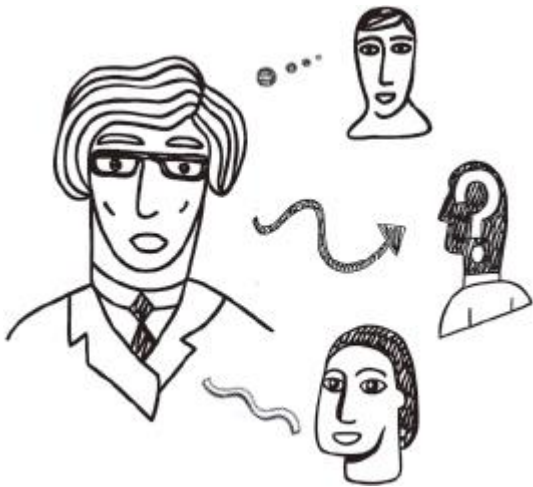
Nossa pretensão não foi a de expor de forma exaustiva as diferentes Histórias da Psicologia nem indicar novos modos de fazer História. Pensamos, antes, de modo mais simples e mais profundo em sensibilizar o leitor ainda aberto, incerto e curioso para algumas questões e procedimentos debatidos tanto entre os historiadores quando entre psicólogos.

Nesse sentido, este livro foi escrito pensando nos que iniciam suas pesquisas em Psicologia e que podem tanto ver na análise histórica uma atividade que produza textos ricos para nossa lida de profissionais voltados para as

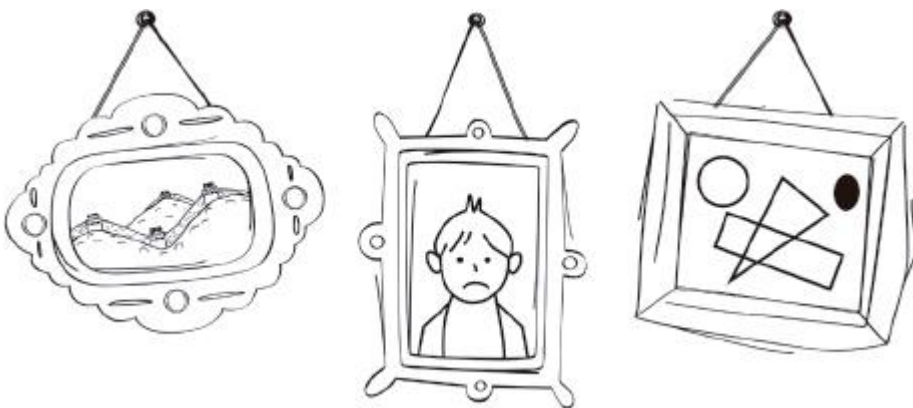
interações e para o outro, assim como se valer da análise histórica para combater hierarquias e alienações variadas.

O leitor encontrará, ao final do livro, uma breve descrição dos autores e seus contatos. Este livro emana de alianças que as atividades de docência, extensão e pesquisa têm produzido entre psicólogos interessados em questões sociais. Todos os autores, mergulhados em universidades e fundações públicas, realizamos nossas atividades voltados para formas livres e libertadoras de convivência social. Tal constatação faz com que busquemos aliados nessa que é uma prática menor, mas não menos intensa e poderosa de fazer Psicologia.

Por que fazer uma História Social da Psicologia?

Francisco Teixeira Portugal
Cristiana Facchinetti
Alexandre de Carvalho Castro

Ao longo de um curso ou programa de estudos em Psicologia, na maioria das vezes, o professor tende a ensinar as teorias psicológicas de forma sistematizada, através de uma organização didática que privilegia e estrutura os tópicos de acordo com sua relevância e amplitude. De fato, é mais rara a opção por uma organização temática em função da cronologia dos eventos, pois como os teóricos constroem suas proposições através de idas e vindas, inclusive ambíguas e contraditórias, tal escolha pode representar pouca clareza didática. Afinal de contas – podem pensar muitos professores –, por que perder tempo esclarecendo as ideias que Freud posteriormente aban donou? Não é melhor ir direto ao assunto?

Assim sendo, já que se verifica que as salas de aula da sistematização do saber psicológico são mais frequentadas do que as da análise da construção social do conhecimento, as questões de História da Psicologia acabam, no decorrer de um programa de estudos, muitas vezes postas de lado. Por isso mesmo, os estudantes fazem tal disciplina específica meio que com o pé atrás, antevendo uma tarefa enfadonha de decorar nomes, datas e acontecimentos para depois ter de detalhar tudo isso nos testes e provas. Assim, chegam a perguntar: por que devemos estudar História?

Ora, a insistência nesse tipo de pergunta até levou um certo historiador francês chamado Marc Bloch a dar uma resposta bem-humorada: mesmo que a História fosse incapaz de outros serviços, ao menos se pode dizer em seu favor que ela serve para divertir! (BLOCH, 1997). Bom, nesse ponto, se há uma coisa que ninguém pode negar é que nos divertimos em conhecer a história das coisas que gostamos (e há quem goste de Psicologia!). Uma prova disso pode ser vista nos passeios promovidos para turistas, porque existem muitas pessoas que consideram visitas a museus como um entretenimento dos mais prazerosos.

Estudar a História é como visitar um museu?

Do ponto de vista de um estudante que esteja começando a ter contato com a História da Psicologia, há algumas coisas que podem ser destacadas. Às vezes, o interesse pela História começa através da curiosidade pela Psicologia em geral. A necessidade de conhecer as teorias e sistemas da Psicologia pode levá-lo a valorizar os autores tidos como célebres. Assim,

eventuais comentários em aula, ou leituras pessoais, sobre aspectos biográficos de teóricos famosos – tais como Watson, Skinner, Freud, Lacan, Vigotski, Piaget e Jung, dentre outros – abrem portas para o interesse histórico.

Esse interesse inicial, que pode até surgir pelo estudo de um handbook ou manual de Psicologia, nem sempre apresenta a consistência que deveria ter. Isso porque há estudantes que se posicionam frente ao estudo da História como se estivessem num museu clássico. Passam de galeria em galeria, contemplando os fatos e observando os artefatos, sem questionarem a razão pela qual as coisas foram arrumadas daquela forma. Ou ainda, os motivos que levaram certos quadros para as vitrines principais e outros para stands em vestíbulos secundários. Como se sabe, os museus mais tradicionais apresentam uma História celebratória e monumental. É a História dos grandes nomes e dos grandes temas.

Realmente, o estudante frequentemente tem contato com as Histórias psi como narrativas de um objeto cujo surgimento não é muito questionado. Nesse hipotético museu clássico, a palavra "psicologia", enquanto signo linguístico, tem a função de ser o guia que tanto conduz o visitante pelos diversos corredores, quanto organiza toda a exposição do passado. Há mostras, souvenirs , galerias e pedestais especiais para a consciência, o inconsciente, a mente, o psiquismo, o comportamento, a conduta e a inteligência (só para citar alguns dos mais famosos conceitos). Dessa forma, expressões como "a psicologia entre os gregos", ou "a mente para Descartes", vão se tornando corriqueiras como se estivéssemos frente a uma estátua, situada em cima de um pedestal, olhando para a longa extensão do passado que já se foi. A galeria de autores relevantes das linhas da Psicologia, analogamente, se assemelha a de um museu clássico com seus quadros divididos por escolas (impressionistas, surrealistas, dadaístas, renascentistas italianos, modernistas etc.). Com a irônica ressalva, é claro, de que em tais museus não há jamais brasileiros nas paredes e nos pedestais. A eles cabe apenas a função de figurarem entre os visitantes que transitam pelos corredores, observando a "arte universal"…

Contemplar a História da Psicologia na condição de quem visita um museu, contudo, implica aceder a um conhecimento da teoria e da verdade do que o autor disse. Implica também, mesmo sem perceber, reproduzir esse modus operandi e valorizar a História como se fosse, na melhor das hipóteses, uma enciclopédia erudita sobre as ideias de autores (e a verdade ou a inverdade desse ou daquele comentador sobre esse ou aquele aspecto de sua obra).

A analogia entre o estudo da História e a visita ao museu, portanto, serve para o estudante se questionar acerca de sua postura. Dessa forma, vale lembrar a premissa ingênua da conhecida comédia Uma noite no Museu (2006): uma disposição estática de fatos históricos pode ganhar vida de repente. Sim, é possível rir bastante, face ao inusitado da situação, das dificuldades de um vigia responsável pela manutenção da ordem, quando ele descobre que todos os seres do museu ganharam vida após o pôr-do-sol. Mas é igualmente possível rir da metáfora do controle da História pelos museólogos, nos casos onde esses tais são rígidos e inflexíveis para determinar e conservar peças arbitrariamente classificadas como tendo

valor histórico ou científico. De fato, há uma certa diversão irônica em pensar como as estátuas da História da Psicologia podem interagir em novos arranjos, novas arrumações.

Pense e reflita. Não faz sentido ver a História com olhos que focam apenas a curiosidade erudita. Em lugar da avidez – típica dos visitantes no museu – em descobrir a verdadeira Psicologia, aquela que nos revelaria o modo mais correto, ou mais eficiente, de fazer Psicologia, a atitude deve ser totalmente diferente. O fundamental é questionar os “porquês” pelos quais a História é feita. Assim, em que pese o fato de que, eventualmente, nas aulas e leituras sobre Psicologia, somos eventualmente convidados a visitar museus, é preciso perceber que a relevância de se fazer História dos saberes psi decorre de uma constatação importantíssima: uma História Social (crítica) da Psicologia pode ser imprescindível para desarrumar os museus, desnaturalizar algumas ideias fixas, e contestar os fatos consumados (por efeito, não é sem motivo que, mais recentemente, museólogos mais antenados têm percebido essas questões e buscado se atualizar).

Em outras palavras, fazer História é desfazer museus. O que pode significar também, no escopo de uma História da Psicologia, bagunçar um pouco as arrumações tradicionais e reificadas – como no roteiro do referido filme americano – permitindo que monumentos rígidos se movimentem para outros lugares.

Caminhos e armadilhas: precauções metodológicas quando se pensa nos porquês de uma História da Psicologia

Os historiadores da Psicologia concordam, em geral, que devem pesquisar o surgimento da Psicologia e suas derivas ao longo do tempo. No entanto, esses aspectos nem sempre são adequadamente problematizados, pois há situações onde os holofotes da pesquisa mostram os dados dos arquivos, enquanto as sombras escondem as escolhas do pesquisador.

Sem dúvida nenhuma, todo trabalho histórico demanda alguns cuidados relacionados aos arquivos e às pesquisas junto às fontes, mas também é necessário perceber que certas questões precisam estar bem claras para os que querem se envolver com esses temas.

Pesquisar a emergência da Psicologia, no sentido de como ela surgiu em dado contexto histórico, significa evidenciar as condições práticas que forneceram consistência à Psicologia. O que significa dizer que cabe ao historiador atentar para os aspectos políticos, sociais, culturais, semânticos, institucionais dessa História. Pois, conforme é notório, a História lida com transformações e diferenças.

Diferenças essas que a levam também ao embate entre o que concebemos atualmente e o que encontramos no passado. Assim, nessa tensão que explicita um passado em constante relação com o presente (e com nossas pretensões), é que se estabelece uma História cuja referência ao momento inaugural apazigua e silencia: “Eureca, foi descoberta a verdade histórica – exclama alguém entusiasmado – não há mais o que debater”. A versão do historiador, calcada nessas supostas comprovações históricas, torna-se então “A História”, sem que suas escolhas metodológicas tenham sido sequer problematizadas.

Buscar a emergência da Psicologia no Brasil, visando à explicitação de uma teoria ou disciplina, envolve uma escolha que diz respeito às condições de produção e circulação de conhecimento (geralmente relacionadas às universidades e centros de pesquisa). Tais condições institucionais brasileiras, ao longo do século XX, se mostram profundamente diferenciadas se comparadas com alguns países europeus e da América do Norte (locais em que a Psicologia ganhou consistência institucional ainda no século XIX). Esse ponto merece destaque porque quando fazemos História, eventualmente buscamos no passado dinâmicas sociais análogas às que identificamos hoje. Ou seja, porque atualmente a Psicologia é concebida como um saber organizado e transmitido em cursos universitários e associações, com práticas legitimadas por sua História e cotidianidade, tendemos a buscar no passado algo semelhante, como se naquela época as coisas fossem como são atualmente.

Dessa forma, há a necessidade de uma reflexão profunda. O historiador, em lugar de se contentar com as origens desse processo e celebrar o estado atual de sua prática, deveria também anunciar as diferenças em relação ao que somos. Deveria mostrar o que fazemos hoje, como psicólogos, incluindo o que se tornou, pela confrontação com o passado, invisível em nossas práticas. Por isso, em vez de celebrar os grandes nomes e as grandes teorias – ou mesmo descobrir novos nomes e teorias esquecidas que também deveriam ser festejadas – a tarefa do historiador deve ser a de “botar o dedo na ferida”, problematizando as práticas atuais pelo confronto com as do passado.

Para aqueles que começam a se aventurar pelos caminhos da História da Psicologia, há sempre a tentação de seguir pelos caminhos já pavimentados. Um desses caminhos tradicionais para configurar a emergência da Psicologia no Brasil é aquele que remete a um passado anterior, ao passado europeu e norte-americano. A Psicologia no Brasil, dentro dessa abordagem historiográfica, seria então derivada da Psicologia estabelecida em outro local. Este procedimento, contudo, não apenas transfere a questão da emergência da Psicologia a outro tempo e local, como também impõe nova questão: como ocorreu a transferência, recepção, circulação deste conhecimento de um local a outro?

Ao largo desses caminhos antigos, no entanto, há rumos e percursos mais novos e interessantes. A tese exposta no livro Relocating Modern Science , de Kapil Raj (2007), questiona a concepção corrente de que o conhecimento científico se formou na Europa nos séculos XVI e XVII, tendo em seguida se espalhado pelo mundo. Segundo esse escritor indiano, essa perspectiva

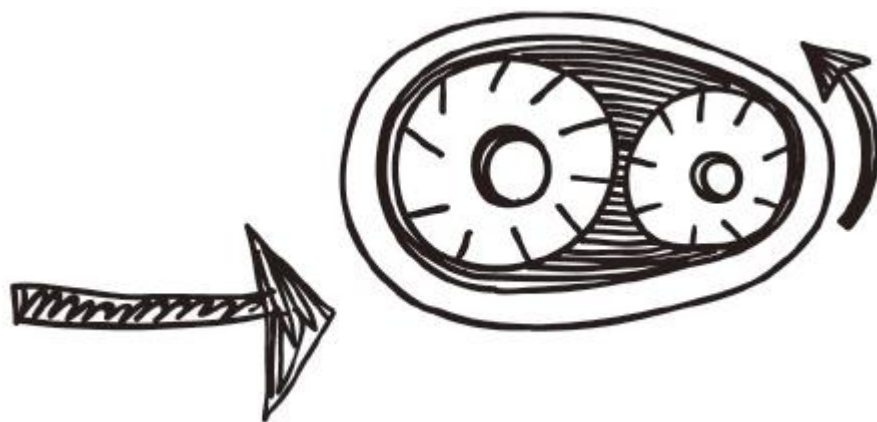
eurocêntrica consiste numa forma de dominação calcada em bases historicamente muito frágeis. No livro, sua argumentação expõe exuberantemente a relevância do conhecimento produzido na Índia (ou em encontros interculturais) para conformação de um pensamento usualmente atribuído aos ingleses, isto é, à Europa ocidental.

No caso da Psicologia no Brasil, é preciso evitar atribuir muito rapidamente cientificidade a saberes cujas características poderiam ser mais ricamente objetivadas se não cientifizadas de antemão, principalmente no final do século XIX e início do século XX. Ou seja, não se deve distribuir açodadamente rótulos e enquadramentos de "Psicologia científica", mas contribuir para a construção de uma História local da Psicologia ao mesmo tempo que se reflete sobre o próprio estatuto da Psicologia como ciência e como prática social.

Nos caminhos das análises históricas, entretanto, há duas armadilhas. Em primeiro lugar, corre-se o risco de se limitar a discussão histórica ao estatuto de cientificidade que a Psicologia no Brasil teria, ou não, pela dificuldade de seguir o modelo ocidental. Nota-se claramente que essa armadilha fica no caminho de quem concebe a Psicologia como sendo uma ciência já bem constituída na Europa e nos Estados Unidos, ou como um saber que se pode dizer científico, quando foi transferida unilateralmente para o Brasil. Neste sentido, a formulação historiográfica que mantém as categorias centro e periferia reproduzem ingenuamente a hierarquização.

O outro perigo da estrada é, na interpretação historiográfica, segmentar ou silenciar os aspectos políticos e culturais dessa História e cair numa essencialização do momento milagroso, original, em que uma certa noção de Psicologia, já "pré-concebida" na própria investigação, experimenta um "nascimento virginal", vindo à luz extemporaneamente. Assim, embora haja evidente encantamento na descoberta de documentos históricos e fontes importantes – aspecto, em grande parte, responsável pelos comentários inaugurais que expressam um estado talvez incipiente da História da Psicologia feita no Brasil – é preciso ressaltar sempre a necessidade de se aprofundar as reflexões metodológicas sobre tais questões.

Nesse sentido, o que deve ser evitado é tal valorização do "miraculoso" momento em que uma Psicologia encontra suas bases no primeiro laboratório, na primeira menção ao termo Psicologia, do primeiro livro de Psicologia e assim por diante (até porque nesses discursos onde o historiador descobre a suposta "origem" de dada ideia psicológica, o que ocorre, de fato, é uma atribuição arbitrária em função de um pré-conceito geralmente já subjacente nos objetivos do próprio pesquisador).

Ao historiador cabe, portanto, fornecer consistência ao que foi chamado Psicologia, tenha sido isto uma teoria, um jargão com fins táticos, um laboratório… Não dá para sucumbir diante do senso comum, ou ceder frente à opinião pública. Assumir o "primeiro" surgimento da palavra como prova de seu começo pode ser, no mínimo, simplificar a História.

Por que motivos, então, há a necessidade de se fazer Histórias da Psicologia?

As metáforas aludidas neste capítulo permitem imaginar as pessoas percorrendo uma estrada velha, cheia de armadilhas, para visitar um tradicional museu, como aqueles nos quais há cartazes tais como: “não mexa”, “não toque”, “mantenha distância”. Diante desse cenário, pode-se responder com muita clareza à pergunta da razão por que fazer uma História da Psicologia.

Ora, a tarefa de se trabalhar em prol de uma História Social da Psicologia, entendida de forma plural e multifacetada, será sempre relevante porque permanecerá continuamente como uma tarefa inacabada. Afinal de contas, não existe mesmo uma suposta “verdade histórica” que, ao ser descoberta, encerraria a questão. As Histórias da Psicologia, sobretudo, podem permitir uma compreensão maior da realidade presente pela recorrente problematização histórica dos temas que se encontram atualizados, no corpo social, num dado momento do tempo. Ou seja, em cada época, situação ou contexto, tanto sincrônica quanto diacronicamente, as questões que o historiador enfrenta são qualitativamente distintas.

É indispensável frisar, porém, que o entender e o fazer História da Psicologia estão relacionados intimamente, mas não são elementos idênticos. Há casos em que a História é feita, um texto interessante é construído, e somente a posteriori o historiador organiza sua atividade historiadora na forma de um método ou de reflexões metodológicas.

A extensão da reflexão sobre como fazer História é grande e configura um dos sentidos da distinção entre História e historiografia. Há, portanto, o convite a ler e conhecer modos pelos quais os historiadores vêm, ao longo do tempo, narrando e articulando a escrita e a pesquisa histórica.

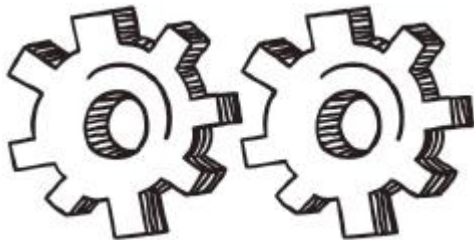
Assim, vale ressaltar que a questão norteadora deste texto especifica ainda o entendimento e a construção, não da História, mas da História da Psicologia . Formulação que constitui sempre um exercício histórico na medida em que, se há História da Psicologia, é certamente porque a Psicologia se constituiu por um conjunto de operações históricas. Este primeiro capítulo do livro procurou então, logo de saída, questionar a naturalidade da Psicologia e as opções históricas majoritárias, para evitar uma atitude subserviente que aceita a priori a imposição metodológica de limites e orientações historiográficas.

REFERÊNCIAS:

BLOCH, M. Introdução à história . Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

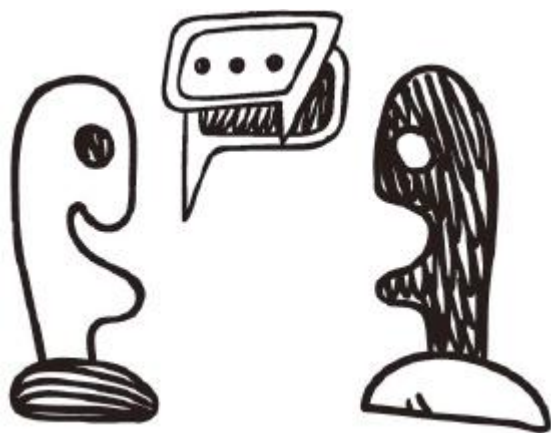
RAJ, K. Relocating Modern Scienc e. London: Palgrave Macmillan, 2007.

INDICAÇÃO DE LIVRO:

HERMAN, E. The Romance of American Psychology. Political Culture in the Age of Experts . Berkeley: University of California Press, 1995.

Ver a História na Psicologia ou a Psicologia na História?

Alexandre de Carvalho Castro
Francisco Teixeira Portugal
Cristiana Facchinetti

Imagine a cena de amigos conversando ao redor de uma mesa. Eles trabalham com História da Psicologia e estão debatendo suas pesquisas. Têm ideias muito convergentes, pesquisam a partir de temas e critérios semelhantes, mas não concordam, sobretudo, sobre tudo. O ponto de tensão na discussão diz respeito às questões de “como pesquisar em História Social da Psicologia”.

As possibilidades são variadas. Curiosamente, a própria palavra “como” (usada na expressão “como fazer História psi ”) contém em si o germe da contradição. Se entendida na acepção de uma conjunção conformativa, pode indicar “conforme” (com a forma). Ou seja, frente à indagação – como fazer? – haveria uma forma a ser seguida. Mas historiadores críticos, via de regra, são inconformados, inconformáveis. Não há para eles uma forma, ou “fôrma” definida, definitiva, rígida e inflexível.

E daí segue nossa imaginária discussão. Acalorada, porque sem calor não há vida.

As escolhas dos historiadores da Psicologia variam conforme os objetos de estudo, os períodos históricos, os recortes cronológicos, os enquadramentos geográficos, os planos conceituais... Enfim, tudo isso serve para adensar as opiniões, porque de fato não há um “como” onde caiba tanta coisa. E a conversa prossegue até que uma historiadora pergunta: – “Mas, e aí? A gente vai ver a História na Psicologia ou a Psicologia na História?”

A pergunta, sem dúvida, encerra um jogo de palavras. O que, aliás, não é de todo ruim porque produz um efeito mnemônico, e a gente decora mais facilmente trocadilhos. Mas a indagação que serve de título a esse capítulo é mais do que apenas um jogo de palavras.

As opções entre ver a “História na Psicologia” e/ou a “Psicologia na História” representam polos de abordagem diferentes e diferenciados, fator que viabiliza estruturar este capítulo em tópicos distintos, marcados pela intenção de discorrer panoramicamente acerca da forma plural como se faz – ou não se faz – História Social da Psicologia.

Ver a História na Psicologia

Em 1973, Kenneth Gergen (1935 -), psicólogo social norte-americano, escreveu um texto muito interessante, articulando Psicologia e História, que

é bastante citado ainda hoje, tanto que foi traduzido e republicado em periódico indexado, em português, em 2008. Realmente, o artigo “Social Psychology as History”, publicado originalmente no Journal of Personality and Social Psychology , causou impacto ao pretender demonstrar que a Psicologia Social consiste em um inquérito histórico.

A partir de critérios do construcionismo social, Gergen defendeu que a Psicologia, ao contrário da biologia, da química e da física (por exemplo), lida com aspectos da vida humana que são inconstantes, únicos e, em grande medida, irrepetíveis. Assim, vale ressaltar que o inusitado de seu argumento, ainda mais no ambiente da Psicologia Social estadunidense, era o de apontar que a Psicologia não permitiria chegar a conclusões definitivas, porque os fatos sobre os quais a pesquisa psicológica geralmente se debruçava não permaneciam estáveis.

Mas, pergunta você, o que isso tem a ver com História?

É muito simples compreender, pois o que Gergen deu a entender é que o saber psi é sempre um conhecimento eminentemente histórico, situado historicamente, datado. Quer dizer, as teorias e proposições da ciência psicológica não são como as da física, química e biologia, que têm abrangência, permanência e estabilidade. Ao contrário, o que a Psicologia enseja é a História de um dado momento, porque, já que os fatos estudados são historicamente circunstanciados, as conclusões decorrentes também não permanecem estáveis. Ou seja, o conhecimento não poderia ser reificado e universalmente generalizado, no sentido em que o fazem as outras ciências, porque tal conhecimento advindo da pesquisa psicológica seria sempre momentâneo e conjuntural, geralmente não transcendendo seus limites históricos. Trocando em miúdos, Gergen viu a História na Psicologia.

Muitos discordaram de Gergen, como seria de se imaginar. Um de seus críticos mais destacados foi Barry R. Schlenker, da Universidade da Flórida, que em artigo publicado logo depois defendeu o ponto de vista científico tradicional da Psicologia e apontou riscos na posição de Gergen, alegando que as consequências de tal ideia poderiam implicar, como efeito indesejado, o abandono das teorias psicológicas em prol de qualquer outro tipo de explicação.

Outras pessoas também deram opinião sobre o assunto, mas não é o caso, aqui, de esmiuçar detalhes desse debate acadêmico de meados da década de 1970. Nosso objetivo é apenas mostrar o que significa ver a História na Psicologia.

a. A opção de não ver a História na Psicologia

“Dos cegos do castelo me despeço e vou/ A pé até encontrar/ Um caminho, um lugar/ Pro que eu sou” – cantava Nando Reis, em música lançada originalmente pelo Titãs no álbum Acústico MTV (1997).

Como se sabe, castelos acadêmicos de marfim hospedam ablépticos. A cegueira teórica, que concebe uma Psicologia a-histórica, é um monumental equívoco conceitual.

No entanto, há de se reconhecer, o olhar que não vê a História é comum e recorrente. Há muitos que não admitem que as teorias elaboradas em Psicologia sejam vistas como construídas de modo sociocultural. Esses tais imaginam as proposições psicológicas de maneira naturalizada, o que significa dizer que, para eles, as questões humanas são da ordem da natureza e obedecem às leis naturais, sendo passíveis, portanto, de aplicação universal. Mas o problema é que esse olhar permite a manutenção conveniente de essencialismos.

Essencialismos?! Sim. É preciso entender que essa questão da essência de uma coisa está ligada historicamente à busca que, desde os pré-socráticos, os filósofos gregos faziam do “Ser”. Na República de Platão, por exemplo, a conversa entre Sócrates e Glauco foi sendo entabulada numa direção que pretendia mostrar que pessoas que enxergavam a essência imutável das coisas, em si mesmas, tinham o verdadeiro conhecimento, em lugar de terem apenas meras opiniões. Ora, a valorização dessa tal essência que não muda é o cerne da ideia essencialista que tem permanecido por muitos séculos. De fato, ainda que com pequenas variantes, a tendência das filosofias, teorias e conceitos desenvolvidos no mundo ocidental, na maioria das vezes, foi seguindo a trilha de que a essência do Ser era permanente e atemporal. Dessa forma, aqueles que, ontem e hoje, defendem que o ser humano pode ser explicado a partir de uma dada essência fixa e universal são chamados de essencialistas.

A História da Psicologia, de uma forma geral, é pródiga em exemplos de essencialismos, de conceitos, por exemplo, como o de “personalidade”, entendidos como estáveis. Consequentemente, a personalidade, depois de devidamente classificada, pode passar a ser como um rótulo de quem uma dada pessoa foi, é e será. Estaticamente e, às vezes, estatisticamente falando. Realmente, há muito de essencialismo em alguns humanismos, cognitivismos, behaviorismos e psicanálises. “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim… Gabriela!”

A opção essencialista de não ver a História na Psicologia, todavia, é um pântano para a lucidez, porque o ser humano não é o mesmo em todos os tempos ou em todas as sociedades. O problema desses essencialismos, para botar os pingos nos “is”, é que seus adeptos fecham os olhos para não ver as mudanças, as alterações, as contradições. Para eles, é como se a História não existisse. Dá para entender uma coisa dessas?

Bem… há ainda algo que deve ser dito. Esse olhar essencialista é o favorito daqueles que têm pretensão à legitimidade perene do saber psicológico. Uma Psicologia a-histórica pode ser eterna, e a reputação dos pioneiros descobridores, igualmente perpétua.

b. A opção de ver a História na Psicologia

Não há dúvida, para quem vai estudar a História da Psicologia, ver a História na Psicologia pode ser fundamental. Afinal de contas, a percepção de que um dado conceito foi construído sóciohistoricamente é um elemento importantíssimo para uma historiografia psicológica crítica.

Mas o mirante de onde se vê a História, na Psicologia, não tem fila única. Há modos diferentes de fazê-lo. Há binóculos com estilos e focos variados. Há gostos antagônicos. Há paisagens preferidas e, ainda, os que photoshopam as imagens.

Como nem todos os enquadramentos são nítidos, alguns dos que veem a História na Psicologia, se aprimoram em montagens do cenário, e assim o preparam construindo suportes, cercas. Pegam o conceito, o construto, o pensamento, a teoria psicológica, e constroem uma cerca ao redor. Então, veem a História e chamam-na por nomes diferentes. A História vista dentro da cerca é internalista; e a vislumbrada fora da cerca é nomeada de externalista.

Há, porém, os que discorrem acerca da cerca, considerando-a um estorvo. Primeiro porque é difícil, senão impossível, definir com precisão os tais limites entre os conceitos e seus entornos. Segundo porque há coisas tais como influências, relações dialógicas e dinâmicas mútuas que constantemente pulam cercas e classificações, misturando o que hipoteticamente seria interno à Psicologia, com tudo mais ao redor.

Em 1961, por exemplo, foi publicado na França o livro Os Condenados da Terra , de Frantz Fanon, psicanalista negro que foi um ferrenho anticolonialista ligado à Frente de Libertação Nacional da Argélia. Nessa obra, dentre outras coisas sobre a guerra colonial, ele discorreu acerca do problema das perturbações mentais nascidas da luta do povo argelino. Seu ponto de vista era que o sofrimento coletivo dos argelinos implicava consequências psico-afetivas, e a guerra de libertação nacional, por abarcar

a totalidade do povo, convertera-se em terreno favorável para a eclosão de perturbações mentais que, comparativamente com estudos psi sobre quadros clínicos das duas guerras mundiais, podiam ser, em sua opinião, consideradas patologias originais. Dessa forma, mesmo evitando uma discussão estritamente semiológica, nosológica ou terapêutica, discorreu a respeito de lavagem cerebral, pulsões homicidas, psicoses reativas e perturbações psicossomáticas.

De interesse para nossa análise, todavia, seria sugestivo pinçar um de seus relatos, relativo a uma fobia, presente em um dos muitos casos de pessoas que relataram tortura com eletricidade (que se tornara padronizada em interrogatórios, na Argélia, depois de setembro de 1956). O referido paciente tinha verdadeiro pavor de passar ao lado de um interruptor, de acender a luz, de ouvir o rádio, de usar o telefone. Segundo Fanon, essa situação trazia inclusive restrições ao atendimento, pois acarretava impossibilidade absoluta de sequer mencionar a possibilidade de um tratamento por eletrochoque.

Ora, do ponto de vista da História dos saberes e técnicas psi , a afirmativa de Frantz Fanon, pode ser apropriada de modo absolutamente diverso, dependendo da época e do lugar em que é avaliada, lida, interpretada. Ou seja, dependendo da forma como se vislumbra a História na Psicologia.

Uma Psicologia a-histórica tenderá a considerar a eletroconvulsoterapia de modo neutro (o que significaria dizer que não se trata de uma técnica situada historicamente), sem admitir eventuais implicações políticas nesse procedimento técnico-científico. Vamos, no entanto, avançar por um rumo diferente. Pense em uma linha do tempo – não que a História seja linear, mas apenas para o argumento ficar mais didático – e vamos destacar aí dois momentos, 1968 e 1978, separados a grosso modo por uma década.

O ano de 1968 foi a ocasião em que o livro Os Condenados da Terra foi originalmente publicado no Brasil, pela Editora Civilização Brasileira (editora que foi, vale lembrar, duramente reprimida pela ditadura). Nesse momento histórico, a terapia por choque eletroconvulsivo era comumente aceita e um leitor da obra poderia concluir: “Que lástima, a tortura sofrida pelo paciente produziu um quadro que, na verdade, o impediu de ter acesso ao tratamento adequado.”

Em 1978, ano aliás em que o parlamento italiano aprovou a Lei Basaglia (de efeitos profundos em termos de tratamento de doentes mentais, influenciando posteriormente até mesmo o Brasil), um leitor de Fanon afinado com as reformas psiquiátricas poderia vir a ter impressão totalmente diversa: “Que lástima, o tratamento tido como adequado naquela época era, na verdade, muito semelhante ao procedimento da tortura sofrida pelo paciente.”

A opção pela escolha desses dois anos (1968 e 1978) é arbitrária e aleatória, mas nos possibilita ver elementos da História na construção de saberes e técnicas psi , pois fica claro que o enunciado de Fanon traz em seu bojo a dinâmica histórica da época em que ele escreveu o livro. A gente pode ver com clareza a História na classificação etiológica e no tratamento psicoterapêutico então preconizado por esse clínico argelino.

Todavia, como se sabe, ao longo dos anos mudaram as opiniões acerca da validade ética e terapêutica de convulsões induzidas por choques elétricos, assim como as condições sociais em que a tortura passou a ser praticada (fato que até aproximava episódios nos porões da ditadura brasileira pós-1968 e a experiência argelina). Tanto a ciência psicológica quanto a dinâmica da História, portanto, não podem ser compreendidas como estáticas. Consequentemente, não é possível separar o saber científico da História Social refletida e refratada por ele. Os desenvolvimentos científicos e históricos não cabem dentro de caixinhas estanques. Na perspectiva de Fanon, estava tudo junto e misturado: guerra na Argélia, tortura dos colonizadores, registros clínicos, quadros nosológicos ideográficos, e até mesmo idas e vindas de procedimentos ligados à eletroconvulsoterapia.

Ver a Psicologia na História

Nikolas Rose (1947 -), sociólogo inglês inicialmente oriundo da biologia, desenvolveu sugestivas análises sobre as implicações sociais de desenvolvimentos históricos dos saberes psi . E a razão pela qual é lembrado neste momento é que suas ideias realmente dão um efetivo exemplo do que significa ver a Psicologia na História.

Em uma de suas palestras – publicada como capítulo no livro Inventing our selves: Psychology, Power, and Personhood (1996), e depois em forma de artigo numa revista acadêmica brasileira – enfatizou que o século XX foi, de fato, "o século da Psicologia"!

Parece um brado heroico, não é? Mas, entenda bem, seu objetivo com tal assertiva ia além da constituição de um marco celebratório alusivo ao período em que a Psicologia se transformou em disciplina acadêmica (com departamentos universitários, professores especializados, diplomas, qualificações etc.) e profissão socialmente reconhecida (com corpos profissionais, conselhos reguladores, empregos relacionados, tabelamento de honorários etc.). Sua intenção era mais profunda, pois em "Psicologia como uma Ciência Social" visava defender a tese de que a Psicologia através do século XX ajudou a construir a sociedade em que nós vivemos e também o tipo de pessoas em que nos transformamos.

Nikolas Rose concebia que Psicologia – como uma disciplina acadêmica com status de "ciência" – não surgiu de experimentos realizados em laboratórios, de modo a-histórico. Ao contrário, segundo esse sociólogo inglês, aquilo que a gente entende hoje como Psicologia foi tomando forma aos poucos, de modo gradativo e não-linear, no burburinho do dia a dia da passagem do século XIX para o XX, em lugares bem pouco acadêmicos, em que o poder constituído tentava controlar problemas de conduta coletiva e individual. Logo, é preciso ver a Psicologia na História, pois ela surgiu de embates nas fábricas, nas prisões, nas escolas, nos tribunais, nas ruas e nos hospitais.

Sendo assim, aquilo que um acadêmico define atualmente como "Psicologia", ganhou forma e dimensão, inicialmente, não numa cátedra universitária ou numa atividade profissional, mas como – afirmou Nikolas Rose – uma série de noções e conceitos sobre como as pessoas, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, deviam ser controladas e administradas.

Ora, pode questionar você, mas qual é a relevância disso?

Bem, perceber a Psicologia na História não é um detalhe sem importância. Na verdade, pode ser um princípio que coloca em xeque alguns dos pilares que sustentam pretensas conveniências de práticas psicológicas bastante naturalizadas, bastante legitimadas. Práticas que colocam em cheque muitas vantagens.

Vamos por partes. Você já ouviu falar em “Psicologia aplicada”? Pois é, em certo sentido a tal da “Psicologia aplicada” – como um conhecimento que é desenvolvido para depois ser aplicado – talvez seja apenas um mito, uma lenda urbana. Porque não foi criada, primeiro, uma “Psicologia” que, depois, foi aplicada a dado segmento social. O que houve foi justamente o inverso!

Desse modo, uma pesquisa em História da Psicologia que conceba que uma “Psicologia aplicada”, na qual o sentido vai de um conhecimento formado na academia para o campo das aplicações, será necessariamente uma História da Psicologia na contramão. Cuidado! Há um fluxo vindo da direção oposta! Os conceitos se formam no (suposto) campo de aplicação e depois é que vão ganhar lugar na cátedra.

Pense e reflita: Será que situar o conhecimento psicológico na História pode implicar uma relativização que venha a afetar o status quo institucional? Se sua resposta for afirmativa, pode se insinuar aí um sugestivo “como fazer História da Psicologia”, a partir de um procedimento crítico e engajado.

A própria noção psicológica de normalidade, vale relembrar, não foi derivada de nenhum conhecimento do funcionamento orgânico da mente humana. Ela foi, de fato, construída historicamente. Uma análise histórica consequente pode mostrar que normas psicológicas derivam das normas requeridas por dado sistema escolar, ou pela indústria, por exemplo. Pois desde fins do século XIX, várias instituições funcionaram um pouco como um laboratório psicológico, onde indivíduos podiam ser controlados e testados, em prol da eficiência produtiva. E assim há uma porta aberta para quem quiser ver a Psicologia na História, pois ela surgiu, como uma disciplina, dentro de uma variedade de conjunturas históricas, no bojo de projetos políticos para o controle de indivíduos.

Venha conosco, vamos olhar a Psicologia na História e dela pinçar exemplos, para entendermos melhor a situação. O estadunidense Norman Triplett (que aqui vamos chamar de psicólogo, provisoriamente), em 1898, na Universidade de Indiana, tinha uma curiosidade e se perguntou: “Por que

um ciclista, quando está numa corrida com concorrentes, pedala mais rápido do que quando sozinho?" Tal questão motivou esse psicólogo a realizar um estudo sobre ciclistas em tipos diferentes de corrida, comparando corridas contra o relógio – que consistiam no esforço feito por um único ciclista para baixar uma marca estabelecida – com as corridas onde os ciclistas procuravam vencer os outros competidores. Na análise que fez dos dados obtidos na temporada de 1897 da Liga Americana de Ciclismo criou a hipótese de que os ciclistas se sentiam mais desafiados pela presença de outros corredores. Assim, por conta da ideia de que um servia de estímulo para o outro, e após uma pesquisa onde avaliou crianças e adolescentes enrolando carretéis de pesca, concluiu pela maior liberação de energia motora latente em competidores que se enfrentavam uns contra outros, por conseguirem obter resultados melhores quando engajados nesse tipo de disputa.

Tempus fugit , os anos passaram. Em 1954, Gordon Allport escreveu um artigo onde tinha como preocupação descrever o pano de fundo histórico da Psicologia Social, ocasião em que se perguntou: "Qual foi o primeiro experimento nesse campo de estudos?" Assim, resolveu olhar a Psicologia na História e decidiu por definir que justamente Norman Triplett tinha feito o primeiro experimento de Psicologia Social, com base na opinião que o estudo de Triplett fora sobre Facilitação Social (Social Facilitation Theory). Bem, como é notório, a noção de uma "facilitação social" decorreu de uma série de seis experimentos conduzidos por Floyd Henry Allport (irmão do Gordon), descritos no artigo de 1920, "The Influence of the Group Upon Association and Thought". Essa experiência, inclusive, influenciou a formulação de um conceito segundo o qual os indivíduos apresentam melhor desempenho quando em grupo, em comparação ao tempo em que completam a mesma tarefa quando estão sozinhos. E, diga-se de passagem, nem sempre dando atenção à ressalva, segundo Floyd Allport (1920), de que em tarefas mais mecânicas e motoras, o estímulo do grupo era mais eficaz do que em tarefas de cunho mais reflexivo.

Vida que segue. Em 1979, Hilary Haines e Graham Vaughan, num artigo que escreveram juntos, se perguntaram: "Foi 1898, ano do experimento de Triplett, a grande data, o marco inaugural?" Consequentemente situaram a análise de Gordon Allport dentro da História e consideram, por sua vez, que ele – Gordon Allport, não confunda com o irmão – tinha interpretado o trabalho de Triplett retrospectivamente, com os olhos da Psicologia Social Americana dos anos 1950. Ou seja, o artigo de Triplett, de 1898, não fora recebido como sendo de Psicologia Social pelas pessoas do século XIX (aliás, o próprio Triplett afirmara neste artigo que seu campo de estudos era a Dinamogenia – Dynamogeny , em inglês – área que estudava a produção de força muscular). Nesse sentido, se Triplett tinha um pé na fisiologia, Gordon Allport escorregou com o seu num anacronismo.

Ora, em 2000, Kurt Danzinger – nascido na Alemanha, criado na África do Sul e mais tarde radicado no Canadá – colocou a análise psicológica de Haines e Vaughan na História e percebeu, em que pese o valor da crítica feita a Gordon Allport, que esses autores tinham levantado uma questão que ficara sem resposta durante duas décadas! Isso porque Haines e Vaughan observaram a extrema dificuldade de se decidir se uma dada investigação

pode, ou não, ser considerada como da Psicologia. Na opinião de Danzinger, Gordon Allport cometeu de fato um equívoco ao enfatizar o feito de Triplett, mas não só porque escolheu o experimento errado (o do esforço muscular em bicicletas e carretéis de pesca), e sim, principalmente, porque banalizou a questão ao eleger um dado estudo específico como marco. Nesse sentido, para Danzinger, teria sido mais relevante abordar a questão em outro nível, historicamente processual, que contemplasse uma análise e contextualização histórica da experimentação social em Psicologia como algo programático e normativo.

Realmente, Danzinger colocou a Psicologia na História e perguntou: “Se, em termos gerais, nenhuma das ciências sociais emergentes no final do XIX e início do século XX eram experimentais, quais foram as circunstâncias que tornaram possível a constituição de uma base experimental para a Psicologia Social?”

Em suma, todos esses exemplos mostram coisas muito importantes: as armadilhas dos anacronismos e a validade dos questionamentos. Em outras palavras, quando se coloca a Psicologia na História, é necessário um cuidado especial para não se cometer anacronismos, análises distorcidas pela inadequada justaposição de noções, conceitos e teorias a partir de diferentes períodos cronológicos e domínios epistemológicos. Mas é igualmente fundamental destacar a importância de se fazer sempre novas perguntas. Cada um que coloca a Psicologia na História deve se dispor a levantar novas perguntas, formular diferentes questões.

E quando a questão é ver a Psicologia europeia e americana na História do Brasil?

Em que pese a validade de argumentos e exemplos extraídos de Nikolas Rose, Triplett e os irmãos Allport, eles se referem mais especificamente à História europeia e à norte-americana. Realmente, quando se pensa em termos de Brasil, não é possível traçar um quadro equivalente ao cenário europeu e norte-americano, pois o processo historicamente desenvolvido ao sul do equador foi ainda muito mais errático e difuso. Assim, o que dizer de relações acadêmicas e históricas que são mais heterogêneas e instáveis?

Bem, consideremos que você está passeando pela cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Entre uma ida e outra à praia – que maravilha! – você resolve visitar o Memorial Câmara Cascudo, um ponto turístico da cidade que tem o objetivo de divulgar a obra do potiguar Luís da Câmara Cascudo, pesquisador da cultura e dos costumes do Brasil. Lá se depara com uma grande biblioteca e fica sabendo que esse folclorista brasileiro citou Wilhelm Wundt (1832 - 1920), frequentemente considerado o pai-fundador da Psicologia científica.

A questão que passa por sua cabeça naquele instante é: o fato de Câmara Cascudo ter se baseado em Wundt ao estudar aspectos do folclore brasileiro é um dado de interesse para a História da Psicologia no Brasil? A apropriação de Wundt por um estudioso da cultura é um assunto que pertence à História da Psicologia?

Pelo que tem lido até aqui, você já pressupõe e deduz que historiadores psi dariam respostas bem diferentes a essa indagação. O problema, entretanto, não é saber qual a resposta certa – se é que há alguma – ou se o assunto faz, ou não, parte da História psi . O elemento de interesse consiste em considerar o que levaria historiadores a responderem, frente à mesma pergunta, de forma tão assimétrica.

Muito provavelmente, aqueles que concebem uma Psicologia científica essencializada seriam céleres em dizer: “não”! Câmara Cascudo não era psicólogo, não estava fazendo Psicologia e, portanto, não pode ser enquadrado no delineamento internalista de uma História da Psicologia.

Por outro lado, outros pesquisadores interessados em ver a Psicologia na História responderiam com um sonoro “sim”. Estariam preocupados em ver as relações mediante as quais Wundt foi apropriado na obra de um folclorista eclético como Câmara Cascudo. Afinal de contas, diriam os historiadores contrários aos essencialismos, o interesse de Wundt na “Psicologia dos Povos” não era esse mesmo? O de estudar a condição psicológica evolutiva dos povos em relação aos feitos humanos – linguagem gestual, religião, arte, cultura – de cada ocasião e lugar? E Câmara Cascudo, sem ser psicólogo, não estaria a fazer o que Wundt recomendou que se fizesse?

É preciso, por conseguinte, problematizar os critérios mediante os quais a Psicologia europeia e americana pode ser, ou não, vista na História do Brasil. É necessário relativizar as premissas instituídas de que ideias e práticas psicológicas passaram por um mero processo de transmissão

unidirecional do “Primeiro Mundo” para o Brasil. Afinal de contas, uma dada prática acadêmica só é Psicologia se estiver atribuindo a si o nome de “Psicologia”?

A pesquisa historiográfica que vê a Psicologia na História deve buscar ressaltar não somente “o que” foi transmitido, mas “como” a teoria que foi recebida passou a ser apropriada. Principalmente porque a forma de pesquisar precisa ter como foco as demandas sociais autóctones que ensejaram as apropriações de noções e categorias da Psicologia científica, assim como suas ferramentas e metodologias.

Mas se for o caso de preferir um exemplo menos cascudo, dentro de uma Psicologia de corte mais específico, é possível invocar o Machado. Pois é, Machado de Assis recorrentemente aludia a autores da Psicologia francesa, e para sublinhar a questão de se ver a Psicologia europeia na História do Brasil, serão citados aqui dois casos. O de um teórico conhecidíssimo, Theodule Ribot (1839 - 1916), responsável pela introdução da Psicologia experimental na França e autor de estudos sobre a memória; e outro de um escritor que posteriormente caiu em absoluto esquecimento: Alphonse Bué (1829 - ?).

As ideias, proposições e teorias desses dois nomes da Psicologia francesa do século XIX foram consideradas, respectivamente, nos contos “O Lapso” (1884) e “O segredo do bonzo” (1882). Daí o interesse de perguntar: ambos igualmente fazem parte de uma História da Psicologia no Brasil, ou apenas um, ou nenhum deles faz?

Alguns historiadores podem opinar distintamente do caso do estudo de Wundt no folclore brasileiro. Nessa situação de Machado de Assis, a coisa se complica ainda mais porque trata-se estritamente de literatura. E talvez

houvesse, inclusive, uma simpatia maior em relação ao caso de Ribot, porque assim como o Wundt de Câmara Cascudo, era um autor com proeminência. Mas o que dizer de Alphonse Bué? Um eugenista francês que não é nem citado em Histórias da Psicologia francesa deve ser lembrado numa História da Psicologia do Brasil?

O critério acadêmico, é sempre bom lembrar, é o da relevância. Mas isso ainda diz pouco, porque esse é um critério também relativizável. Para um historiador que vê a Psicologia europeia na História do Brasil, qual a relevância que interessa? A relevância de Bué para a França, ou a relevância de Machado de Assis para o Brasil?

Como essas questões prosseguem em aberto, quem arrisca respostas?

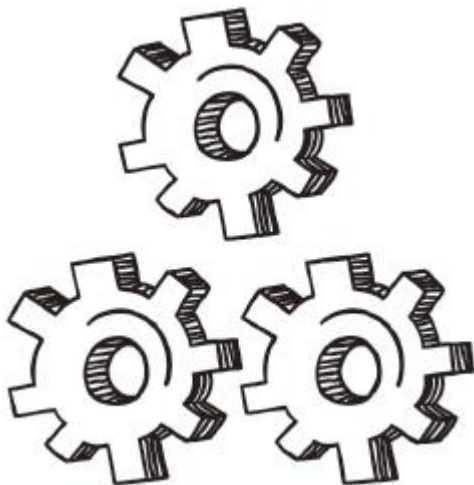
REFERÊNCIAS:

ALLPORT, F. H. The Influence of the Group Upon Association and Thought. Journal of Experimental Psychology , 3, 1920: 159-182.

CASTRO, A. C. De narizes extraídos por Machado: eugenias raciais, traços faciais e teorias psiquiátricas no Brasil oitocentista. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental [online]. 2015, vol.18, n.2.

GERGEN, K. J. A psicologia social como história. Psicologia & Sociedade [online]. 2008, vol.20, n.3 [cited 2015-09-12], pp. 475-484.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. Psicologia & Sociedade ; 20 (2): 155-164, 2008.

SCHLENKER, B. R. Social Psychology and Science: Another Look. Personality and Social Psychology Bulletin . October 1976, vol. 2, no. 4, 384-390.

História Social dos efeitos e práticas da Psicologia

Cristiana Facchinetti
Alexandre de Carvalho Castro
Francisco Teixeira Portugal

Há quem diga que o futebol é tão rico, interessante e criativo que serve como metáfora para várias situações. Então, vamos lá. Bola pra frente.

Imagine que, num diálogo entre várias pessoas, alguém se refira a um campo de football . Assim, nessa roda de conversa, um brasileiro e um inglês podem fazer a mesma representação mental, de um campo com um círculo central, linhas das pequena e grande áreas, marca do pênalti etc. Uma outra pessoa, um estadunidense, por exemplo, pode fazer uma imagem mental totamente diversa e pensar em duas linhas de gol separadas por 100 jardas (se você quiser testar como a coisa funciona, na prática, escreva “ football fields ” na busca por imagens do google e veja o que vai aparecer).

Ora, a expressão “campo de futebol” pode aludir a coisas distintas, sem dúvida. Mas, e quando nos referimos a “campo de atuação da Psicologia”? Será que, frente ao uso dessa noção, todos vão pensar na mesma coisa?

O pontapé inicial

Algumas coisas precisam ficar definidas, de antemão, quando vamos analisar a História Social dos efeitos e práticas da Psicologia. A primeira delas é que uma distinção factual entre teoria e prática como coisas que habitam mundos distantes é um equívoco. Por isso, é um tanto artificial e arbitrário separar o campo de atuação dos psicólogos dos livros que ajudaram a Psicologia a se constituir como uma prática acadêmica, profissional, econômica e política. Assim, tratar do campo de atuação do psicólogo como algo que existe isoladamente dos livros e de sua História constitui um empobrecimento na medida em que valoriza um momento e reifica um recorte limitado da realidade.

Outra ressalva diz respeito ao singular e ao plural da frase: “o campo de atuação dos psicólogos”. Aqui pensaremos sempre em “campos”, no plural, de atuação dos psicólogos. E principalmente nos campos dentro daquilo que historicamente chamamos de “Psicologia Social”. Com a ressalva de que, por motivos históricos, epistemológicos e geográficos, dentre outros, seria mais

próximo da verdade usar, também aqui, o plural e chamar essas experiências de “Psicologias Sociais”.

Em suma: consideramos que a prática psicológica provém genealogicamente de desenvolvimentos históricosociais que não podem ser concebidos univocamente, como se existisse uma linha reta que permitisse enquadramentos de sequências lineares de causas e efeitos. Não é disso que estamos falando aqui. Além disso, o lugar-comum que enseja a aparente unidade alcançada pelas práticas psicológicas decorre não do consenso dos psicólogos, mas das interpretações e apropriações dos leigos acerca desse intrigante campo, conforme tem se difundido entre nós nos últimos dois séculos. Considerando esses aspectos, o propósito deste capítulo será o de apresentar algumas experiências que têm sido interpretadas como preocupações sociais da Psicologia.

Vejamos a História dos saberes. Diferentemente da matemática, da História e da filosofia, que têm um passado que se conta já em milhares de anos, aquilo que conhecemos como Psicologia tem um passado muito mais recente. Ora, a grosso modo vamos aqui assumir que a Psicologia tenha se tornado algo cuja consistência mereceu o nome de teoria há menos de duzentos anos. E vamos assumir também que o qualificativo “social” que acompanha algumas vezes o nome “Psicologia” é um problema nem satisfatoriamente esclarecido, nem consensual.

Na verdade, o que se verifica no dia a dia é que quando uma pessoa qualquer, um leigo, usa a palavra “psicólogo” está na maioria das vezes se remetendo a um campo específico de atuação: a clínica. De fato, a figura do “psicólogo” nos cartuns, nas anedotas, nas histórias cotidianas e no senso comum é a do “psicólogo clínico”. A ideia que popularmente se faz, entre o público que não se dedicou a investigar a Psicologia e seu passado, é que a prática do psicólogo é essencialmente clínica, com o agravante de que ainda entendem “clínica” de modo muito superficial, sob o rótulo de um atendimento geralmente individualizado e a enunciação de problemas na forma de uma história pessoal.

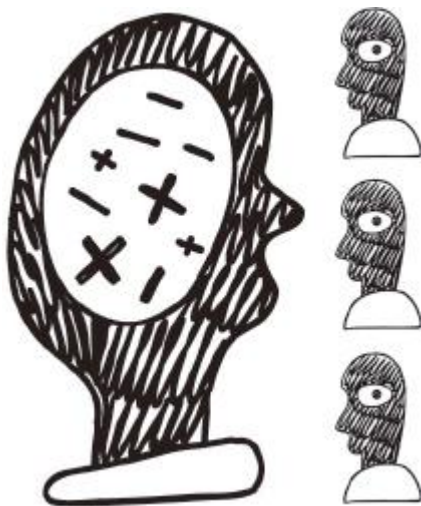
Essa apreensão leiga é bastante comum, embora seja efetivamente equivocada. Entretanto, em que pese o estereótipo do campo de atuação da Psicologia se restringir a um divã (e há clichês que giram em torno disso), essa imagem serve para problematizar a Psicologia Social. Afinal de contas, há certo contraste entre o projeto clínico, individualizado, como concebido pelo público leigo, e esse outro, social, que acompanha algumas vezes a Psicologia.

Psicologia Social na França no final do século XIX e início do XX

Para simplificar a coisa, sem maiores rigores e minúcias, vamos olhar para um momento histórico muito importante quando se quer falar do surgimento da Psicologia Social. Houve, ao longo dos séculos XVIII e XIX, em países europeus, transformações sociais intensas que afetaram parte significativa da população. A Revolução Industrial, a reforma das leis de ocupação do campo, as migrações para as cidades, os problemas de urbanização, moradia, salário e novas formas de trabalho, dentre outros elementos, estiveram relacionados com a formação de novos grupos sociais, assim como

com um número significativo de revoltas e manifestações. Novas formas de governo e novas questões foram, então, objeto de reflexão para os governantes.

Nesse cenário, uma das novidades foi o surgimento de revoltas com a consequente mobilização de grandes grupos. E nessa situação surgiram duas importantes referências históricas da Psicologia Social: os trabalhos de Gustave Le Bon (1841 - 1931) e de Gabriel Tarde (1843 - 1904). As obras de ambos se dirigiam às novas configurações sociais e criaram modos de fornecer inteligibilidade a elas. Haveria até outros casos de interesse para a Psicologia Social nesse período, na Inglaterra, Itália e Alemanha, mas por uma questão de foco, vamos nos ater apenas à França.

Le Bon fez uma análise, que se tornou célebre, do que chamou "multidão", conferindo-lhe características essencialmente inadequadas para a racionalidade da convivência social. Relacionado aos, então, recentes movimentos de resistência de grupos sociais às novas condições de exploração e miséria, e ao acontecimento da Comuna de Paris (1871), Le Bon publicou o livro Psicologia das multidões (1895). Nessa obra ele atribuiu, entre outras coisas, um caráter imprevisível à multidão, uma relação hipnótica com seu líder e uma oposição à racionalidade individual. Tal oposição entre o indivíduo e a multidão, entre uma previsibilidade e racionalidade desejadas e uma violência quase automática e impositiva àqueles que integram a multidão, passou a vigorar em muitas das análises feitas sobre o tema até os dias atuais. Logo, a perspectiva exposta por Le Bon contribuiu para a reificação da oposição entre o indivíduo racional e sensato, por um lado, e a multidão perigosa e impositiva, por outro.

Gabriel Tarde também refletiu sobre o tema e escreveu, em meio a tantas outras obras sobre Psicologia, uma menos incensada: A opinião e as massas (1901). Nesse livro criou um conjunto de categorias, bem mais matizado que Le Bon, sobre os comportamentos de grupos, assim como os relacionou não a uma natureza interna, mas às transformações sociais em curso. Dessa maneira, Tarde constatou que as multidões podiam apresentar manifestações de ódio, mas também de amor e de laços amistosos. Entretanto, além das multidões, mais espontâneas e sujeitas às condições contingenciais como locais amplos e condições atmosféricas, Tarde indicou outras formas de comportamento social. Uma de suas ênfases foi sobre o

conceito de “público”, um conjunto com alguma homogeneidade derivada de possibilidades técnicas (o uso crescente da imprensa) e instituições históricas, como a educação e a leitura de jornais (razão pela qual, posteriormente e também em outras áreas do saber, se desenvolveram discussões sobre o que esse público pensava: a opinião pública).

Vale lembrar, contudo, que na virada do século XIX para o XX, dois projetos de Psicologia se apresentaram. Do lado que historicamente granjeou mais respeitabilidade havia uma Psicologia que opunha o indivíduo ao grupo, que buscava uma lógica própria ao indivíduo (ajudando, nesse movimento, a reificar a noção de “indivíduo”) e apontava o perigo das multidões. Mas em contrapartida, antes “Tarde” do que nunca, também emergira de outro lado uma Psicologia que abordava o social de forma distinta, e cujos elementos estavam relacionados às transformações sociais e técnicas.

É imprudente e descuidado, todavia, atribuir o sucesso de Le Bon e a secundarização de Tarde apenas em função dessas diferenças, eminentemente conceituais. Há ainda muita História a ser contada, mas é evidente que a Psicologia Social que acabara de se constituir como uma disciplina acadêmica, com as características de formação e reprodução que caracterizam a universidade (e uma dada profissão), fez seu caminho na perspectiva individualizante da ação social. De qualquer forma, fica visível também a proveniência social dessas reflexões, bem como a orientação que forneceram para a compreensão e a ação diante da novidade que aquelas formações sociais constituíram. Inclusive porque vale a pena refletir: entre os conceitos de “público” e “multidão”, qual atendia melhor às conveniências do capitalismo e qual viabilizava maior espaço de discussão crítica?

A institucionalização da Psicologia Social nos EUA após a Segunda Grande Guerra

A primeira metade do século XX foi marcada pela institucionalização da Psicologia e o processo da sua inserção nas universidades por meio de cursos e publicações dedicadas a temas psicológicos foi intenso. A participação dos EUA merece destaque em tal cenário, uma vez que, em grande parte como decorrência das Grandes Guerras europeias e da ascensão do nazismo, a partir da década de 1930, um número significativo de intelectuais europeus migrou para as universidades nos EUA.

Após a Segunda Grande Guerra, a Psicologia Social consolidou-se no mundo acadêmico norte-americano. Ela tem sido nomeada de formas distintas – Psicologia Social psicológica, Psicologia Social moderna –, mas o que importa aqui é relacioná-la aos acontecimentos sociais de onde ela provém e em que pretende investir.

Seu sentido prático emana de transformações no campo do trabalho nas décadas anteriores, mas também das formas de ação política, de questões decorrentes da guerra, do racismo e da legitimação interna no próprio campo acadêmico. Assim sendo, não obstante a ação empobrecedora do regime de verdade estabelecido nas universidades americanas nos anos 1940 e 50 ter tirado a densidade das teorias e procedimentos da Psicologia Social estadunidense, sua preocupação com os problemas sociais foi bastante evidente.

Sabemos como o taylorismo, o fordismo e a ampliação dos serviços geraram profundas transformações sociais nos EUA na primeira metade do século XX. Os filmes Tempos Modernos , de Charlie Chaplin (1936), e Se meu apartamento falasse , de Billie Wilder (1960), indicaram aspectos centrais dessa transformação. O primeiro apontou vários problemas: a mecanização do trabalho comandado pela esteira rolante que ditava o ritmo, a lógica industrial dos ganhos como orientadora da otimização e das relações de trabalho, a supervisão mútua (no nível dos operários) do trabalho, a vigilância do patrão (na maravilhosa cena do banheiro e da tela supervisora), o colapso mental e seu tratamento asilar, o tratamento policial das reivindicações por melhores condições de trabalho e, por fim, a vida pobre na periferia da cidade. O segundo filme mostrou a vida de serviços em uma grande empresa no coração de Nova York, as condições tensas de trabalho, os novos espaços de sociabilidade (o elevador, os corredores, as entradas dos prédios), as hierarquias do trabalho impondo condições para a vida privada dos funcionários e a solidão.

Quando se pensa na sociedade estadunidense fica bastante claro como transformações tão intensas e agressivas produziram crises no mundo do trabalho. Não parece casual, portanto, que a ascensão da Psicologia Social norte-americana tenha ocorrido com um conjunto de pesquisas que ficaram conhecidas como facilitação social (lembra do que vimos no capítulo anterior, sobre – não confunda com o irmão – Floyd Allport?). As dificuldades nos grupos organizados foram encaradas em sua dimensão microssocial e compreendidas, via de regra, como desequilíbrios locais e/ou como questão de mudança de comportamento. Assim sendo, do ponto de vista histórico, a tendência de abordar as tensões no campo do trabalho como questões de desequilíbrio grupal envolvendo questões psicológicas derivou e produziu, historicamente, uma concepção abstrata, essencialista e individualista de psiquismo.

A variedade dos trabalhos dessa Psicologia Social pode ser atestada em sua diversificada produção nos quinze anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra, mas a intensificação das exigências de validação do conhecimento psicológico gerou certo enfraquecimento empírico desse conhecimento, dando vazão, no final da década de 1960, ao que ficou conhecido como crise da Psicologia Social.

A crise da Psicologia Social

Tomando cuidado para não analisar a crise de forma muito rápida e inconsequente, é possível afirmar, panoramicamente, que tal crise consistiu na tentativa – empreendida por psicólogos sociais – de renovação de alguns de seus pressupostos e procedimentos de validação do conhecimento, ou seja, uma busca por algo melhor "do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo". Velha opinião, basicamente, marcada por concepções positivistas que, advogando a neutralidade na formulação do conhecimento, insistia em não perceber que somos parte do fenômeno psicológico analisado e que ele – o tal fenômeno – é também parte de nós mesmos.

A riqueza dos argumentos apresentados à época (anos 1960) foi evidente, assim como a variedade dos trabalhos publicados. O que sobretudo interessa aqui, neste capítulo, no entanto, resume-se a dois aspectos: (1) houve uma importante revaloração da constituição histórica da subjetividade, o que permitiu questionar a reificação do psiquismo e seu consequente individualismo; (2) ocorreu a reconsideração dos aspectos políticos de toda opção teórica e metodológica.

Convém ressaltar que tais críticas teóricas surgiram justamente no solo onde emergira e se consolidara a assim chamada Psicologia Social moderna. O que explica a renovação pela qual a disciplina tem passado nas últimas décadas. O horizonte de discussões, de fato, tornou-se bem interessante. É possível considerar que não apenas a Psicologia tem uma História, mas o

psiquismo passou a ser entendido como constituído historicamente. Consequentemente, se há processos históricos de subjetivação, torna-se necessário reinserir a dimensão psicológica no conjunto das relações sociais. Pressuposto esse, aliás, que abriu o campo da Psicologia ao diálogo com os mais diferentes aspectos sociais, dando, enfim, novo fôlego à Psicologia Social.

Nos estudos de História da Psicologia, portanto, convencionou-se chamar tais injunções como “a crise da Psicologia Social”. Trata-se, obviamente, apenas de um critério de periodização, pois crises pululam em vários lugares, em diversos momentos. Essa crise, porém, merece destaque porque dentre os diferentes movimentos que derivaram dessas críticas há casos que nos interessam especialmente, como os brasileiros e latino-americanos.

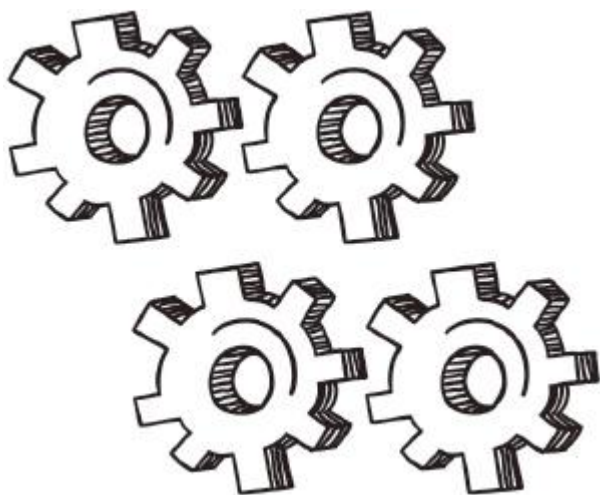
A Psicologia Social no Brasil

Os anos da década de 1960 foram especialmente importantes para consolidação da Psicologia como curso universitário e como profissão no Brasil. Em 1953 e 1958 já tinham começado a funcionar, respectivamente, os cursos de Psicologia da PUC-Rio e da USP. A profissão foi regulamentada em 1962 e engendrou uma série de outros desenvolvimentos. Os cursos de Psicologia da UFRJ e da UERJ foram fundados em 1964. Não vem ao caso, todavia, mapear rumos e percursos em cada estado da federação, pois o que se visa ressaltar é que o desenvolvimento desses cursos de Psicologia foi acompanhado, em suas duas primeiras décadas, da ditadura civil-militar no Brasil. Tal acontecimento, com a perda das liberdades democráticas, manteve similitudes e diversos paralelos em muitos países da América Latina. Mas, a título de ilustração, é possível levantar um exemplo, particularmente útil para a análise aqui proposta: a ressignificação da Psicologia Social no Brasil.

Com o arejamento e o enriquecimento intelectual ocorrido nas universidades após o fim da ditadura civilmilitar no Brasil, em meados dos anos de 1980, em alguns centros brasileiros ocorreram questionamentos quanto à função social da Psicologia. Assim, um grupo de pesquisadores da PUC-SP se indagou sobre qual seria a atuação da Psicologia fora de seus locais históricos – isto é, o tradicional campo de atuação nos consultórios, nos setores de pessoal das empresas e nas escolas –, e foram para comunidades pobres na busca de ouvir as demandas do povo, ainda que não soubessem bem o que poderia ser feito, a fim de refletir sobre as possíveis intervenções. Outro grupo, dessa mesma universidade, também produziu um conjunto de reflexões centradas em proposições marxistas, valorizando a natureza social e histórica do homem (você ainda vai ler um pouco mais sobre esse assunto no capítulo 6). Em todos esses grupos, a valorização dos aspectos sociais, políticos e históricos produziu novos estudos e novos sentidos para a ação do psicólogo. Tal procedimento, por sua vez, gerou ainda novos efeitos, que têm derivado em muitas novas pesquisas desde então. Dada a sua variedade, é difícil agrupá-los, hoje, em orientações teóricas e metodológicas estanques.

De fato, com o passar do tempo, o campo mudou. Assim sendo, quando alguma investigação acadêmica fala do “campo da Psicologia” não dá mais para imaginar alguém apitando a fim de arbitrar que dada iniciativa está

“em impedimento” – “Isso não pode, isso não é Psicologia!” – ou intempestivamente dando “cartão vermelho” para provar a autoridade de “quem manda em campo”. As linhas que dividem o gramado ficaram mais pervasivas, mais flexíveis.

Assim, no que diz respeito ao campo de atuação e às práticas dos psicólogos de inspiração social no Brasil, hoje temos trabalhos dirigidos para uma gama de problemas muito variados: os direitos humanos, a precarização do trabalho, as questões de saúde pública, a assistência ao usuário do sistema de saúde mental, os problemas étnico-raciais, e por aí vai. Hoje em dia, nada fica para escanteio, como veremos nos próximos capítulos.

4 Historicizar para libertar: a proposta de Psicologia da Libertação

Fernando Lacerda Jr.

Vamos começar com uma situação não tão hipotética. Um estudante de Psicologia começa a se preocupar com alguns acontecimentos que viu ou vivenciou. Em rodas de conversas com amigos, quando apresenta críticas ao papel dos governos de Lula e Dilma, alguém o chama de coxinha; em um jantar de família, quando aponta que o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 foi um golpe parlamentar fundamentado em acusações sem provas e que a mídia no país, majoritariamente controlada por seis famílias, desempenha um papel nefasto na vida política do Brasil, o estudante é

chamado de defensor de corruptos. Em outra situação, depois de comentar com seu pai, que havia acabado de negar algumas moedas para um morador de rua, que o Estado deveria atuar mais ativamente no enfrentamento de problemas sociais, escuta uma resposta ríspida dele: “Ele mora na rua porque não se esforçou o suficiente; se você acha que isso está errado, vai pra Cuba viver sob a opressão do Estado” [1] .

Em outro dia, durante uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus, esse estudante viu tropas da polícia militar construírem um cerco em torno de algumas dezenas de manifestantes e, após impossibilitarem qualquer rota de fuga, policiais abriram fogo contra ativistas. O estudante ficou chocado não apenas com a agressividade de policiais que atiravam balas de borracha, spray de pimenta e bombas de gás, mas, também, com diversas pessoas que assistiam o processo de repressão e que, no máximo, tiravam seus smartphones do bolso para filmar o que ocorria.

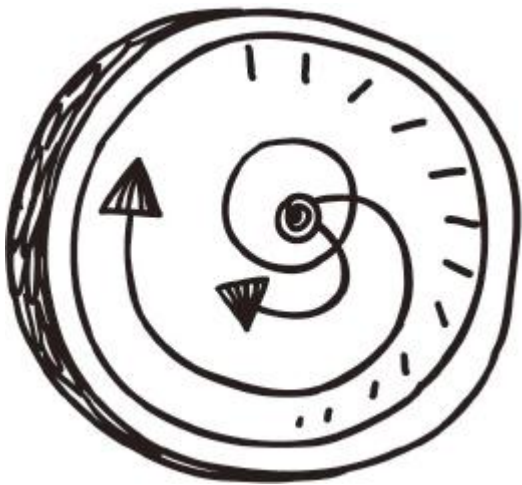
Finalmente, durante uma aula de Psicofarmacologia, este estudante viu uma professora fazer comentários racistas e sexistas sobre remédios para pobres e mulheres. Uma colega de sala questionou a professora e não escondeu sua indignação. A professora reagiu dizendo que era só uma piada. Outra colega se solidarizou e criticou a professora, enquanto parte da sala assistiu a discussão passivamente. A aula foi interrompida e a professora se retirou da sala. Em seguida, as alunas que reagiram às suas piadas, incomodadas com o clima na sala, também se retiraram. Observando umadelas, o estudante percebeu que, depois desse episódio, raramente escutou a voz dela em sala de aula.

Diante de todos esses acontecimentos, o estudante começa a se perguntar se a Psicologia não poderia oferecer respostas. Sentia um enorme incômodo por seus amigos e familiares preferirem rotularem suas opiniões sem, ao menos, escutarem o seu ponto de vista. Também queria entender o que ocorreu naquele confronto entre sua professora e suas colegas. Finalmente, queria saber por que as pessoas não se sentiam mal enquanto assistiam um grupo de estudantes apanhando da polícia. Pensando sobre o tema, o estudante concluiu que todas as situações que enfrentou eram tensões criadas pela relação entre grupos ou entre indivíduo e sociedade. Justamente por isso, o estudante concluiu que o campo que melhor poderia ajudar era a Psicologia Social. Assim, começou a buscar respostas para as suas preocupações em livros e textos de Psicologia Social.

Insatisfação com a Psicologia e sua relação com a História

Lendo textos introdutórios e manuais, o estudante encontrou muitas discussões sobre a maneira correta de estudar as influências sociais sobre o comportamento humano e inúmeros conceitos que pareciam ser pequenas teorias sobre pequenos fenômenos: cognição social, atitude, comportamento agressivo, conformismo, obediência, liderança grupal, socialização, dissonância cognitiva. [2]

O estudante descobriu que um pioneiro da Psicologia Social tirou conclusões sobre a influência social a partir de um experimento cronometrando o tempo de corrida de baratas. Em outro experimento, um pesquisador concluiu que a presença do outro inibe nossos comportamentos. Para chegar a essa

conclusão, esse pesquisador comparou qual era o tempo médio que as pessoas levavam para começar a urinar em um banheiro público quando estavam sozinhas e quando estavam acompanhadas. Lendo mais ainda, o estudante descobriu que uma das pesquisas mais interessantes (ou menos inúteis) era um experimento em que estudantes norte-americanos tendiam a executar as instruções de pesquisadores, mesmo quando estes davam ordens que poderiam machucar outras pessoas. No último estudo que leu antes de abandonar os manuais, o estudante descobriu uma pesquisa sobre a “atribuição de causalidade”. O autor do estudo afirmava que pessoas desempregadas tendiam à paralisia porque concluíam que os acontecimentos de sua vida tinham uma “causalidade externa”, isto é, resultavam de forças alheias ao seu controle. Por isso, essas pessoas não tomavam uma atitude e buscavam mudar sua vida.

O estudante ficou preocupado. Além de ter chegado a uma quantidade enorme de conceitos que pareciam não dialogar entre si, sentia que as pesquisas não davam muitas respostas aos seus problemas. Em alguns casos, não conseguia enxergar o que existia de diferente entre o que o pesquisador sobre atribuição de causalidade falava sobre os pobres desempregados e o que o seu pai, que nunca ingressou em uma universidade para estudar, dizia. O estudante concluiu que, provavelmente, o problema era sua falta de foco e, por isso, começou a pesquisar temas específicos.

Assim, começou seu trabalho buscando pesquisas de Psicologia Social sobre manifestações. Descobriu que as ações de massas eram entidades irracionais, impulsivas e bestiais. As pessoas perdiam o controle e a moralidade quando estavam em manifestações e, por isso, se tornavam agressivas (você lembra do que falamos no capítulo anterior sobre Le Bon?). O estudante percebeu que certos psicólogos sociais associam ação coletiva e anormalidade. Preocupado com isso, o estudante procura um manual de psiquiatria e, horrorizado, descobriu que pessoas que discutem com pessoas mais velhas, que sentem raiva ou ressentimento quando vivem uma situação considerada injusta, que responsabilizam outros por problemas vividos por elas, que desafiam o cumprimento de regras, ou que reagem de forma impulsiva, sofrem de perturbação de oposição e desafio.

Após perceber que os manuais e os textos de Psicologia Social não apresentavam conclusões significativamente diferentes do que um Manual de Psiquiatria afirmava sobre o que ele, suas colegas de sala e manifestantes de rua viviam, o estudante de nosso exemplo concluiu que a Psicologia Social, ao invés de apresentar explicações teóricas diferentes daquelas que escutava no dia a dia, também era parte de tudo aquilo que ele achava que estava dando errado no mundo. Mais do que uma solução para os conflitos entre indivíduo, grupos e sociedade, a Psicologia Social parecia ser parte do problema. De uma forma um pouco diferente, foi assim que nasceu a Psicologia da Libertação.

O que é Psicologia da Libertação? [3]

Ignacio Martin-Baró, principal proponente da Psicologia da Libertação destacada aqui, nasceu em 1942 na Espanha e morreu em 1989 em El Salvador. Seguindo o caminho de muitos jovens sufocados pelo tóxico ambiente político criado pela ditadura de Franco na Espanha, decidiu ingressar na Companhia de Jesus. Além de ser uma decisão religiosa, o ingresso na Companhia de Jesus significava a possibilidade de viajar pelo mundo para atuar em missões religiosas e a oportunidade de obter uma sólida formação intelectual, tal como se manifestou na trajetória de Martin-Baró: graduação em Filosofia (1964, Colômbia), Teologia (1970, Bélgica) e Psicologia (1975, El Salvador); mestrado (1977, EUA) e doutorado (1979, EUA) em Ciências Sociais. Sua obra foi marcada por intensas críticas à incapacidade da Psicologia de dar respostas aos problemas das massas latino-americanas. Além de críticas, apresentou propostas positivas para a Psicologia com a finalidade de problematizar

processos psicossociais na América Latina. Por conta de sua obra e por conta da atividade de outros colegas que trabalhavam na Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas” em São Salvador, Martin-Baró foi executado por uma tropa de elite do exército de El Salvador que, em 14 de novembro de 1989, covardemente assassinou seis jesuítas e duas trabalhadoras durante uma operação militar meticulosamente planejada pelas Forças Armadas do país.

Tendo circulado por diferentes países da América Latina, após se fixar em El Salvador, Martin-Baró sentiu um incômodo muito semelhante com o do estudante citado no início deste capítulo. El Salvador era, e ainda é, um país marcado por profundas fraturas sociais. Viveu sob regimes militares, ainda que em alguns momentos fossem construídas farsas eleitorais que tentavam criar uma fachada de democracia, desde 1932 até o início da década de 1990. No fim da década de 1970, as lutas contra a ditadura militar no país tiveram um salto de qualidade: movimentos revolucionários que decidiram adotar a luta armada como meio de sobreviver à repressão do Estado e das forças paramilitares começaram uma ofensiva que, em diversos momentos, ameaçou a manutenção do regime militar. Nessa realidade complexa em que um mundo de opressão e exploração parecia sucumbir diante da promessa de construção de uma sociedade fundada na justiça social e na democracia popular, Martin-Baró concluiu que psicólogas e psicólogos não poderiam ser apenas espectadores.

É importante que o psicólogo não siga os acontecimentos a reboque ou que não seja marginalizado por eles (por sua incapacidade de compreendê-los e de ajudar em seu desenvolvimento). Nesse sentido, o psicólogo deve ser capaz de prever, não no laboratório, mas na vida real, os acontecimentos fundamentais que afetarão as pessoas no processo revolucionário. Não somente antecipar, mas ajudar em sua evolução, facilitar sua implementação, apoiando e possibilitando a efetivação das necessidades da nova ordem social (MARTIN-BARÓ, 1980/2017, p. 28).

O autor decidiu estudar a Psicologia Social para encontrar subsídios para enfrentar os problemas que a sociedade salvadorenha apresentava. Ele tinha plena convicção de que a Psicologia poderia oferecer uma contribuição para compreender a vida dos povos latino-americanos. O título de seu primeiro livro foi Psicodiagnóstico de América Latina (MARTIN-BARÓ, 1972). Na época o autor utilizava referenciais teóricos provenientes da Psicanálise e do Humanismo. Posteriormente, decidiu estudar profundamente a Psicologia Social, por entender que, a priori , este seria o campo que poderia compreender as tensões entre indivíduo e sociedade. Tamanha era a sua convicção de que a Psicologia Social poderia oferecer subsídios para compreender a sociedade em que estava inserido, que o autor fez seus cursos de mestrado e doutorado em um dos principais centros de estudos e pesquisas em Psicologia Social existentes na época: a Universidade de Chicago.

No entanto, Martin-Baró se decepcionou. Não encontrou explicações satisfatórias que dessem conta dos problemas das maiorias populares de El Salvador. Nesse país, Martin-Baró via injustiça, violência, machismo, fatalismo e tortura. Nada disso era satisfatoriamente explicado pela Psicologia Social. Os manuais encontrados pelo autor eram semelhantes aos museus citados no capítulo 1: eram limpos, lineares, organizados por temas ou períodos claramente delimitados. Mas a realidade salvadorenha era complexa, contraditória, caótica e, muitas vezes, suja de sangue (normalmente de trabalhadores e trabalhadoras). A própria temporalidade de El Salvador era complexa demais para uma Psicologia Social que apenas buscava leis universais independentes da História: o tempo do exército e do governo era um; o tempo das pessoas que viviam em “zonas liberadas” (regiões de El Salvador em que grupos guerrilheiros conseguiram criar governos paralelos fundados no poder popular) era outro. O conceito de “comportamento pró-social” era insuficiente para explicar por que pessoas doavam comida para seus vizinhos, mesmo sabendo que, com isso, passariam fome no dia seguinte. Os estudos sobre “comportamento agressivo” que, implícita ou explicitamente, afirmavam que “toda violência é negativa” não explicavam por que a violência revolucionária dos de baixo contra a opressão estrutural aplicada pelos poucos que vivem no topo da pirâmide, algumas vezes, era o primeiro passo para a construção de seres mais humanizados e solidários. Os laboratórios assépticos em que os experimentos de Psicologia Social ocorriam eram incapazes de apreender a complexa vida vivida em El Salvador. Na introdução de um manual de Psicologia Social que escreveu, Martin- Baró afirmou:

Também é possível que algumas das páginas a seguir careçam de uma suposta assepsia, o que nos parece um engano ideológico, e também

daquela fria objetividade que normalmente é recomendada no mundo acadêmico. Fica como explicação, o fato de que muitas delas foram escritas no calor dos acontecimentos, em meio a uma revista policial no próprio lar, após o assassinato de algum colega ou sob o impacto físico e moral da bomba que destruiu o escritório em que se trabalha (MARTIN-BARÓ, 1985/2012, p. IX-X).

Essa incapacidade da Psicologia Social em compreender os problemas da realidade salvadorenha fez com que Martin-Baró tomasse uma decisão: era necessário construir uma alternativa, era necessário buscar uma Psicologia que dialogasse com os problemas específicos não só dos grupos de El Salvador, mas da população latino-americana. Essa busca resultou, em meados da década de 1980, na proposição de uma Psicologia da Libertação. Antes de avançar, contudo, é importante destacar que essa proposta não foi fruto da genialidade de um indivíduo isolado.

Em primeiro lugar, a preocupação em criar uma Psicologia menos asséptica e que oferecesse contribuições para grupos socialmente explorados ou oprimidos marcou a trajetória de psicólogos e psicólogas que ousaram dialogar com movimentos sociais ou, pelo menos, escutar os problemas vividos por grupos específicos. Anos antes de Martin-Baró, nos EUA e na Europa, militantes feministas ajudaram a mostrar que muitas teses da Psicologia sobre as diferenças entre homens e mulheres não eram mais do que formas refinadas de expressar fantasias e preconceitos masculinos sobre o feminino. Assim, por exemplo, a crítica feminista revelou a natureza sexista das pesquisas de Harry Harlow, que criou uma máquina de estuprar macacas fêmeas para fazer estudos sobre o “instinto materno”. Da mesma forma, poucos anos antes de Martin-Baró, um psicólogo argentino, Alberto Merani (1977) escreveu em 1973 sobre a ideia de uma “Psicologia da Libertação” após criticar como, na sociedade industrial, a Psicologia era um instrumento de poder; e um psicólogo da Somália que estudava em Boston, Bulhan (1985), preocupado com as lutas antirracistas e por libertação nacional no continente africano, escreveu sobre a necessidade de uma “Psicologia da Libertação” como parte da superação da internalização de relações opressoras pelos grupos oprimidos. Finalmente, inúmeros psicólogos latino-americanos, incluindo alguns brasileiros, preocupados com o elitismo da profissão e a função social da Psicologia, elaboraram inúmeras propostas “alternativas” de se pensar e fazer Psicologia. Assim, ainda que neste capítulo utilizemos as contribuições de Martin-Baró para delimitar o que é a “Psicologia da Libertação”, podemos dizer que se trata de uma das diversas propostas que brotaram dos anseios de profissionais e pesquisadores que buscaram colocar a Psicologia contra a ordem.

Em segundo lugar, a obra de Ignacio Martin-Baró não se desenvolveu no vazio. O autor trabalhava na Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas” (UCA) e, junto com outros jesuítas, estabeleceu como missão da universidade não apenas reproduzir e produzir conhecimento, mas, usando uma expressão de Paulo Freire (1968/2005), denunciar a realidade existente e contribuir para anunciar um mundo novo. Os jesuítas que dirigiam a UCA entendiam que a universidade não poderia se isolar da realidade salvadorenha. Também entendiam que a universidade deveria fazer uma “opção preferencial pelos pobres” e, por isso, todos os seus estudantes deveriam, obrigatoriamente, dedicar algumas centenas de horas desenvolvendo trabalho social em setores pobres de El Salvador. Além disso, a UCA apoiava greves de educadores, defendia a reforma agrária e participava de fóruns que denunciavam a violência de estado.

Em terceiro lugar, o termo “libertação” não representava apenas a influência da “Teologia da Libertação” (corrente religiosa que defendia que o papel do cristão não é apenas prometer a salvação após uma vida de provações, mas construir o mundo dos homens à imagem e semelhança do reino dos céus) sobre a obra de Martin-Baró, mas expressava, também, sua adesão a um projeto político específico. Em El Salvador, houve um profundo conflito social entre 1979 e 1992. Neste conflito, foi formada a “Frente Democrática Revolucionária”, uma coalizão de vários grupos (organizações da sociedade civil, representantes civis de grupos guerrilheiros, sindicatos, instituições ligadas à igreja etc.) que tinham como elemento comum a busca por “libertação”. Assim, libertação não era apenas um conceito religioso ou teórico, mas expressava um programa político: reforma agrária, fim da intervenção de forças estrangeiras, combater a fome, o analfabetismo e os problemas habitacionais, emancipação feminina e construção de poder popular. Ao falar de uma “Psicologia da Libertação”, Martin-Baró também explicitava para o povo salvadorenho claramente quem eram os aliados e quais eram os seus projetos societários e políticos.

Mas, retomando o argumento mais importante, como se constrói uma Psicologia da Libertação e qual a sua relação com a História Social da Psicologia? Segundo Martin-Baró, é preciso, antes de tudo, libertar a Psicologia, ou seja, submeter seus pressupostos, suas prescrições e suas práticas à crítica radical. Somente depois desse trabalho de crítica pode emergir uma Psicologia da Libertação, isto é, uma Psicologia sintonizada com a História vivida por quem sofre com processos de exploração e

opressão. Neste livro sobre os saberes e fazeres da História Social da Psicologia é importante explorar melhor a tarefa de libertar a Psicologia. É possível afirmar que a busca por "libertar a Psicologia" demanda uma História Social da Psicologia que critica a ciência psicológica a partir da análise da História na Psicologia e da Psicologia na História (como foi visto no capítulo 2).

Esta é uma reflexão crítica sobre a História na Psicologia porque analisa como a História de dependência econômica e política das sociedades latino-americanas marcou a Psicologia latino-americana. Tal como as elites latino-americanas tentam criar sociedades moldadas à imagem e semelhança dos grandes centros econômicos do mundo, psicólogas e psicólogos latino-americanos buscam legitimidade e reconhecimento social reproduzindo modelos norte-americanos e europeus. Martin-Baró nota que a Psicologia latino-americana tende a reproduzir as modas e as polêmicas vigentes nos principais círculos acadêmicos dos EUA e da Europa. Com isso, esperam ter legitimidade em suas sociedades e nos congressos de Psicologia. Assim como ter um iphone de última geração é um atalho para alguém afirmar seu status social , o psicólogo latinoamericano, muitas vezes, entende que reproduzir de maneira esotérica matemas lacanianos, conhecer os últimos avanços da neurociência ou listar todos os nomes do idealismo alemão que influenciaram a História da Psicologia são realizações que possibilitam alcançar legitimidade acadêmica e científica. Assim, um psicólogo em busca de legitimidade prefere reproduzir as polêmicas entre behavioristas e humanistas para encontrar espaço em um congresso científico de Psicologia do que avaliar criticamente o que, de fato, as correntes behaviorista e humanista expressam sobre a vida humana em um país específico da América Latina. Por isso, a História que se manifesta na Psicologia latino-americana pode ser concebida como um pastiche. O que predomina nela não é a História viva das sociedades em que os psicólogos estão inseridos, mas cópias grotescas que resultam da transferência acrítica de saberes e práticas produzidos alhures.

A Psicologia da Libertação também pode ser entendida como uma reflexão crítica sobre a História na Psicologia porque analisa que concepções de indivíduo e sociedade e que concepção de História se afirmam nos conceitos psicológicos. Ao problematizar conceitos clássicos da Psicologia, especialmente da Psicologia Social, Martin-Baró notou alguns pressupostos comuns. Percebeu, em primeiro lugar, a presença do individualismo na Psicologia. Ao invés de analisar o conflito entre professora e alunas em sala de aula como produto de forças sociais que se confrontam em uma situação concreta, a Psicologia se pergunta sobre que características pessoais dos indivíduos produziram o conflito. Por isso, o problema não é tanto a permanência de uma vida social que produziu e sedimentou o racismo que a professora expressou em sala de aula, mas a perturbação patológica de alunas indignadas.

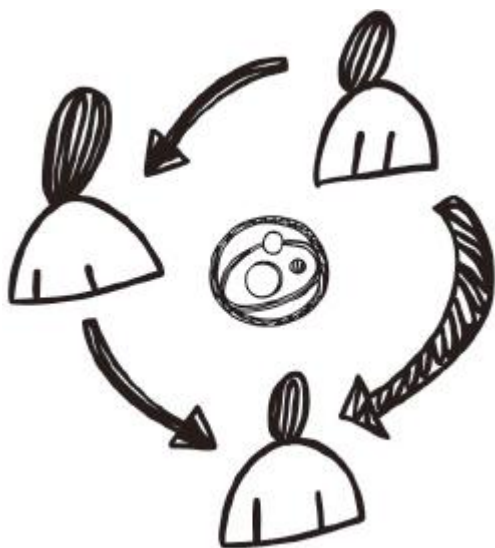
Além do individualismo, Martin-Baró percebeu que o indivíduo valorizado pela Psicologia Social é o consumidor de classe média da sociedade estadunidense. É um hedonista que tende a buscar prazer e satisfação e a se esquivar daquilo que produz sofrimento ou demanda esforço. Assim, como em um truque de mágica, um sujeito muito específico e concreto (um

consumidor mimado e inseguro em uma sociedade capitalista) se converte em uma tendência geral da humanidade, em condição humana. Por isso, é difícil para a Psicologia dominante compreender por que manifestantes, frente à repressão policial, preferem continuar atuando contra o terrorismo de estado, ao invés de fugirem e buscarem o conforto de suas casas. Também é por isso que muitos psicólogos não conseguem compreender por que uma pessoa compartilha seu último alimento hoje, mesmo que isso signifique passar fome amanhã. Esse tipo de solidariedade é incompreensível para quem entende o ser humano como alguém inclinado ao prazer hedonista.

Em terceiro lugar, essa análise sobre a História na Psicologia destaca que o fato observável tão valorizado pelos experimentos de Psicologia Social é uma dimensão parcial e limitada da vida humana. O positivismo é conhecido por buscar o fato positivo, isto é, aquilo que está dado, que pode ser observado, quantificado e verificado. O que correntes positivistas estudam é o fato positivo, a possibilidade que se efetivou e se mostrou. No entanto, a vida humana não é apenas a experiência que se afirma, mas é, também, as possibilidades que são negadas para uma dada realidade (ou uma parte dela, o fato) se manifestar positivamente. A teoria positivista é limitada e parcial porque em seu fetiche dos fatos ignora o reino das possibilidades, ou melhor, não compreende que os processos psicossociais, em sua dimensão aparente, só se tornaram aparentes negando inúmeras outras possibilidades. Possibilidades que foram negadas para que certa realidade fosse afirmada. “Considerar que a realidade não é mais que o dado (...) é uma ideologização da realidade que termina por consagrar como natural a realidade existente” (MARTIN-BARÓ, 1986/2011, p. 186). Assim, segundo Martin-Baró, os conceitos psicológicos expressam apenas uma parte limitada da História, aquela que se tornou um fato manifesto negando inúmeras outras possibilidades.

Esses três exemplos ilustram como Martin-Baró criticou a História na Psicologia: na crítica do mimetismo cientificista, o autor mostrou como a História de dependência dos povos latino-americanos condicionou a forma de se conceber e fazer ciência na América Latina; pela crítica do individualismo hedonista, destacou como concepções de mundo vigentes na vida cotidiana se fazem presentes nas teorias psicológicas; e ao destacar a valorização do fato positivo em correntes psicológicas, destacou que, muitas vezes, os conceitos expressam o que o mundo é de uma forma parcial e limitada. Tudo isso destaca um argumento central para este livro: a historicidade é uma dimensão ineliminável da Psicologia. Por isso, é preciso historicizar para libertar a Psicologia.

Historicizar a Psicologia significa mostrar que certos pressupostos teóricos não são verdades universais e revelações últimas sobre a natureza humana, mas, pelo contrário, são formulações parciais sobre indivíduos específicos que expressam configurações específicas de forças sociais conflitivas em um momento e um espaço particulares. Ao analisar uma teoria ou um conceito da Psicologia, o ponto de partida é questionar o “desde onde” e “desde quem” esse conhecimento foi produzido, assim como questionar que fatos são afirmados e que possibilidades são omitidas.

Historicizar a Psicologia significa também abrir a Psicologia para a História. O desafio fundamental da Psicologia da libertação é o de pensar uma Psicologia profundamente implicada com a História, especialmente daquelas e daqueles que mais sofrem com um mundo estruturalmente injusto. Por isso, cabe à Psicologia da Libertação problematizar a Psicologia na História e reposicioná-la de forma a construir uma nova ciência, uma nova práxis e uma nova sociedade. A historicização não é apenas um desafio que exige a problematização do papel da Psicologia na História, mas a construção de novos posicionamentos de psicólogos e psicólogas nos conflitos que marcam a História das sociedades latino-americanas. “É necessário revisar profundamente os pressupostos mais básicos de nossa concepção psicológica, todavia essa revisão não deve ser realizada em nosso escritório, mas por meio de uma práxis comprometida com os setores populares” (MARTIN-BARÓ, 1986/2011, p. 188).

Então, historicizar a Psicologia não significa apenas analisar os seus fundamentos, mas analisar também as suas políticas. Que funções a Psicologia desempenha na sociedade? Em favor de quê e de quem a atividade científica e profissional da Psicologia está se manifestando? Que impactos têm a Psicologia na manutenção de injustiças sociais? Pensar tudo isso é uma análise sobre a Psicologia na História.

É uma ingenuidade pensar que em sociedades tão divididas como as latino-americanas, onde as classes e os grupos possuem interesses tão contrapostos, seja possível exercer a psicologia sem impactar o sistema sociopolítico. Se este impacto será maior ou menor é outro problema, mas negar o impacto político não leva a nada além de renunciar a assumir, conscientemente, a favor de que e de quem se quer trabalhar (MARTIN-BARÓ, 1988/2013, pp. 567-568).

Mais ainda, a Psicologia da Libertação almeja uma nova posição para a Psicologia na História. Essa nova posição pode ser construída a partir do estabelecimento de um novo horizonte, de uma nova epistemologia e uma nova práxis. O novo horizonte é a própria libertação:

o horizonte último de nosso que fazer, e isso vale para o Chile e para o México, para o Brasil e para El Salvador, deve ser a libertação de nossos

povos: uma libertação da exploração econômica, da miséria social e da opressão política, uma libertação para construir uma sociedade nova, baseada na justiça e na solidariedade (MARTIN-BARÓ, 1987/2017 p. 82).

Tal como foi afirmado antes, o termo libertação portava um significado programático. O desafio para a Psicologia seria: (a) buscar satisfação de necessidades básicas dos setores populares; (b) promover valores como solidariedade, responsabilidade social e vida comunitária; (c) atacar valores e práticas que são base de sustentação do capitalismo; (d) buscar a formação de uma nova personalidade, de um ser humano novo para um mundo novo (MARTIN-BARÓ, 1980/2017).

Buscar uma nova epistemologia significa buscar novas formas de se produzir conhecimento. Ao invés de construir verdades a partir de experimentos em laboratórios assépticos, a Psicologia da Libertação propõe buscar a construção de um conhecimento a partir dos saberes e das práticas dos setores populares. Por isso, o principal livro de Psicologia Social de Martin-Baró (1985/2012) não se apresenta como uma Psicologia Social para ou sobre a América Central, mas como uma Psicologia Social desde a América Central. Assim, ao invés de uma abordagem prescritiva, o autor escolhe uma abordagem crítica:

Em outras palavras, trata-se de trocar nosso tradicional idealismo metodológico por um realismo crítico. Aos psicólogos latino-americanos nos faz falta um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angustia as maiorias populares. Por isso, aos estudantes que me pedem uma bibliografia toda vez que necessitam analisar um problema, recomendo, primeiro, que deixem-se impactar pelo problema mesmo, que se envolvam na angustiosa realidade cotidiana que vivem as maiorias salvadorenhas, para, então, perguntarem-se sobre conceitos, teorias e instrumentos de análise (MARTIN-BARÓ, 1987/2017, p. 78).

Finalmente, a nova práxis proposta por Martin-Baró para a Psicologia é o envolvimento permanente em ações transformadoras. Trata-se de desenvolver "uma atividade transformadora da realidade que nos permita conhecê-la não apenas no que é, mas no que não é, e isto ocorre na medida em que tentamos orientá-la para aquilo que deve ser" (MARTIN-BARÓ, 1986/2011, p. 193). Trata-se de uma tarefa difícil, pois "envolver-se em uma práxis popular, é tomar partido" (p. 194), ou seja, é exigido "sujar as mãos", tecer novas alianças que podem não ser tão confortáveis quanto as práticas em salas com ar condicionado. Mas a Psicologia da Libertação prefere errar participando da História e tentando criar um mundo mais humano do que acertar como comentarista que se restringe à contemplação adornada com palavreado abstrato enquanto o mundo afunda em um abismo.

Ainda que neste capítulo as propostas discutidas tenham sido mais associadas ao campo da Psicologia Social, é importante destacar que a proposta de Psicologia da Libertação não é dirigida para uma área ou uma especialidade específica da Psicologia e nem é ela mesma uma nova área de especialização. Trata-se de um projeto ético-político que pode orientar a pesquisa em diferentes campos e a prática da Psicologia nos mais diferentes contextos: na escola, no posto de saúde, no centro de atenção psicossocial ou nos acampamentos de trabalhadoras e trabalhadores sem-terra.

Em síntese, a Psicologia da Libertação é uma demonstração de que a historicização dos saberes e fazeres psicológicos não é apenas uma necessidade para eruditos. A proposta de Psicologia da Libertação coloca a História no núcleo da própria Psicologia por entender que a elaboração de uma nova epistemologia e uma nova práxis só pode se efetivar caso exista uma análise permanente da História na Psicologia e da Psicologia na História. Uma Psicologia que busca libertação não pode existir sem historicização. Historicizar a Psicologia e compreender os processos históricos e as forças sociopolíticas que a atravessam é condição de possibilidade para se reorientar as práticas e os saberes psicológicos para a construção de uma nova História.

Pode a Psicologia da Libertação dialogar com a História Social da Psicologia?

Até aqui foram apresentados destaques gerais sobre como o esforço de historicização pode contribuir para um projeto que busca a libertação. Agora, exploraremos como a proposta de Psicologia da Libertação pode orientar novos fazeres em História Social da Psicologia.

Os primeiros capítulos deste livro destacaram como fazer História da Psicologia é uma tarefa complexa e como muitas decisões do historiador alteram a própria História da ciência: alguns escolhem grandes nomes, outros escolhem exposições cronológicas. Na Psicologia Social ocorre o mesmo: alguns manuais apresentam uma História cronológica, na qual a sucessão de correntes e perspectivas parece se dar temporalmente, como se houvesse um permanente processo de ascensão, hegemonia e queda de certos conceitos ou teorias que, em seguida, são sucedidos por outros conceitos e teorias que, também, ascendem, se tornam hegemônicos e, em algum momento, se tornarão marginais.

A partir da perspectiva da Psicologia da Libertação, Martin-Baró (1985/2017) narrou a História da Psicologia Social de uma forma muito interessante. O autor não apresenta uma cronologia que demonstra o crescente amadurecimento científico da Psicologia Social e nem realiza uma seleção de grandes pioneiros que são indicados como os grandes heróis na História da Psicologia Social. Ao invés disso, o autor apresenta a História da Psicologia Social indicando três abordagens que se desenvolvem a partir de três perguntas diferentes e, portanto, apresentam não somente respostas diferentes, mas divergentes. O autor estabelece uma periodização cronológica, mas afirma que tal cronologia indica apenas quando uma das três perguntas/abordagens em Psicologia Social se tornou mais relevante do que as outras, o que significa que, de fato, nenhuma abordagem existiu sozinha.

O primeiro período da Psicologia Social apresentado por Martin-Baró foi marcado pelas tentativas de descobrir o que mantém a unidade de uma ordem social específica. Assim, a pergunta fundamental foi: o que mantém as pessoas unidas? Com a explicitação das primeiras crises da sociedade capitalista, com a demonstração cristalina das fraturas e divisões dessa sociedade, os pioneiros da Psicologia Social se preocupavam em estabelecer uma articulação entre as necessidades dos indivíduos e as necessidades da sociedade com o fim de evitar novas fraturas e retomar certa unidade harmoniosa. Nesta abordagem, raramente se questiona se a sociedade pode de fato ser concebida como uma totalidade comum e unitária, mas apenas se é possível estabelecer uma relação orgânica entre indivíduo e sociedade. Enquanto alguns, como Freud, estabeleceriam uma impossibilidade ontológica de existir plena satisfação individual na vida social, psicólogos sociais buscaram formas de resolver esse conflito.

O segundo período realiza uma sutil, mas significativa mudança na pergunta básica da Psicologia Social: como uma pessoa pode ser integrada na ordem social existente? A pergunta mudou justamente quando o processo de individualização da Psicologia Social foi intensificado, isto é, quando os EUA se tornaram o principal centro hegemônico na produção de conhecimento psicológico. Se no primeiro período havia uma pergunta que assumia a sociedade como um todo homogêneo, no segundo período, a sociedade, além de ser vista como um todo homogêneo, é concebida como uma realidade inquestionável. Em outras palavras, quando existe um conflito entre indivíduo e sociedade, assume-se, desde o início, que o problema está no processo de adaptação do indivíduo à ordem. A questão não é mais estabelecer uma relação harmônica entre dois polos, mas de ajustar um polo (o indivíduo) ao outro (a sociedade). Por isso, nesse período a Psicologia Social analisa o indivíduo: como processa informações, como pode ser mais ou menos produtivo etc. O cenário de fundo em que o indivíduo se constitui permanece intocado.

Finalmente, o terceiro período começa quando aparece uma terceira pergunta entre psicólogas e psicólogos sociais: o que liberta os indivíduos da desordem existente? Esta pergunta, segundo Martin-Baró, não chega a predominar na Psicologia Social, mas pelo menos começa a aparecer mais fortemente entre aquelas pessoas que, a partir da segunda metade da década de 1960, começam a enxergar a servidão da Psicologia à ordem e se

apropriam dos questionamentos ao poder estabelecido posto por movimentos sociais existentes na época. A pergunta é interessante porque não explora como adaptar indivíduos à ordem, mas explora como as pessoas podem mudar a ordem.

O questionamento introduzido no terceiro período da história da psicologia social contemporânea modifica não apenas os pressupostos, mas o próprio objeto abordado pela psicologia social. Ao não aceitar a realidade social como ponto de partida imutável, o problema central já não é a adaptação ou o desvio do indivíduo em sua relação com a sociedade, mas a oposição entre grupos que criam uma ordem social concreta em cujo interior os indivíduos atualizam interesses, perspectivas e situações sociais distintas e conflitivas (MARTIN-BARÓ, 1985/2017, p. 151).

Aqui há uma Psicologia Social que percebe que o que é predominante em uma sociedade não é necessariamente sinônimo de natural, ou o mesmo que vida digna e humana. Foi a partir desse período que surgiram os enfoques que destacaram como o conhecimento é uma construção social, como os conflitos sociais constituem a ciência, colocando assim em relevo as políticas da Psicologia. A Psicologia da Libertação é uma das diversas manifestações da pergunta que emerge no terceiro período.

Por que pensar a Psicologia da Libertação hoje?

Voltando ao estudante da abertura do capítulo, o empobrecimento cognitivo daqueles que recorreram aos rótulos, como “coxinha” ou “defensor de corruptos”, na perspectiva da Psicologia da Libertação, conduz à História porque exige a análise da intensificação da polarização social dos conflitos no Brasil. O conflito entre alunas e professoras também demanda o resgate da História de colonialismo, racismo e patriarcalismo no Brasil. Finalmente, o tratamento de manifestantes como criminosos terroristas também demanda uma análise histórica sobre como a insurgência, em nosso país, sempre foi tratada como caso de polícia.

Assim, pode-se afirmar mais uma vez, a Psicologia da Libertação não é apenas uma historicização dos conceitos da Psicologia, mas é uma das múltiplas formas de analisar criticamente o próprio devir histórico. Exige uma História Social não só da Psicologia, mas da própria realidade em que psicólogas e psicólogos atuam. A historicização da Psicologia e da sociedade é apenas o ponto de partida da Psicologia da Libertação. O ponto de chegada não pode ser elaborado ou prefigurado sem a análise histórica de nossos problemas presentes. Assim, as principais tarefas da Psicologia da Libertação não são definidas a priori , mas decorrem de um exame histórico-crítico do presente. É um convite para pensar o presente enquanto atualizamos o futuro. E neste processo, a História Social da Psicologia pode dar contribuições muito importantes.

REFERÊNCIAS:

BARROS, R. D. B. & JOSEPHSON, S. C. A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In: A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (orgs.), História da psicologia: Rumos e percursos (2ª ed., pp. 441-462). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2007.

BLANCO, A. La coherencia en los compromisos. Em A. Blanco (Org.) Psicología de la liberación (pp. 9-36). Madrid: Editorial Trotta, 1998.

CAMINO, L.; TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O. & PEREIRA, M. E. (Orgs.). Psicologia social: Temas e teorias (2ª ed.). Brasília: Technopolitik, 2013.

DE LA CORTE, L. Memoria de un compromiso: La psicología social de Ignacio Martin-Baró . Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

DOBLES, I. La obra y el legado de Ignacio Martin-Baró: Una interpretación . San José: Editorial Arlekín, 2016.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido (47ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968/2005.

GUARESCHI, P. A. O que é mesmo Psicologia Social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, A. M. e SATO, L. (Orgs.), Diálogos em Psicologia Social (pp. 37-52). Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2007.

KNAPP, E. Psicología de la salud . Havana: Ed. Félix Varela, 2005.

KRÜGER, H. Introdução à psicologia social . São Paulo: EPU, 1986.

LACERDA JR., F. (Org.). Crítica e libertação na América Latina: Estudos Psicossociais . Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTIN-BARÓ, I. Psicodiagnóstico de América Latina . San Salvador: UCA editores, 1972.

__. O psicólogo no proceso revolucionário. In: LACERDA JR., F. (Org.), Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais (pp. 25-29). Petrópolis: Vozes, 1980/2017.

__. Entre o indivíduo e a sociedade. In: LACERDA JR., F. (Org.), Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais (pp. 101-161). Petrópolis: Vozes, 1985/2017.

__. Para uma psicologia da libertação (Trad. F. Lacerda Jr.). Em GUZZO, R. S. L. e LACERDA JR., F. (Orgs.), Psicologia social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação (2ª ed., pp. 181-197). Campinas: Alínea, 1986/2011.

__. O desafio popular à psicología social na América Latina. In: LACERDA JR., F. (Org.), Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais (pp. 66-88). Petrópolis: Vozes, 1987/1998.

__. Psicologia política latino-americana. Revista Psicologia Política , 13(28), 555-573, 1988/2013.

MERANI, A. Psicologia e alienação (Trad. R. Gutierrez). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973/1977.

MONTGOMERY, T. S. Revolution in El Salvador: From civil strife to civil Peace . Oxford: Westview Press, 1992.

PARKER, I. The crisis in social psychology – and how to end it . London: Routledge, 1989.

__. Revolução na psicologia: da alienação à emancipação . London: Pluto Press, 2007/2014.

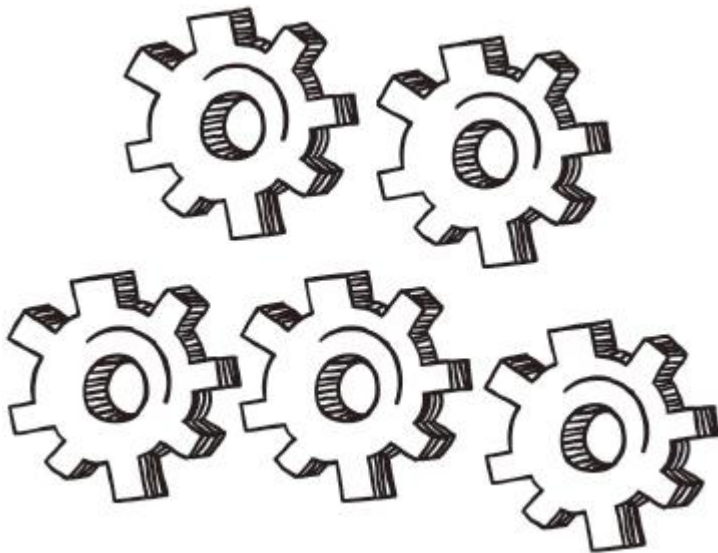
RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L. & JABLONSKI, B. Psicologia social (28ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2008.

SOBRINO, J. Os seis jesuítas mártires de El Salvador . São Paulo: Loyola, 1990.

YAFFE, H. Che Guevara: The economics of revolution . London: Palgrave Macmillan, 2009.

YAMAMOTO, O. H. A crise e as alternativas da psicologia . São Paulo: Edicon, 1987.

YAMAMOTO, O. H. & COSTA, A. L. F. Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil . Natal: EDUFRN, 2010.

WHITFIELD, T. Pagando el precio: Ignacio Ellacuría y el asesinato de los jesuitas en El Salvador . San Salvador: UCA Editores, 1998.

[1] A sociedade cubana, apesar de inúmeras contradições, e de enfrentar difícil situação econômica há décadas, foi capaz de eliminar o analfabetismo, criar um sistema universitário público que, em termos proporcionais, é muito maior que o brasileiro e criar um sistema de saúde que reduziu a mortalidade infantil, erradicou doenças infectocontagiosas (como difteria e tétano) e assegurou para sua população, no final do século XX, uma expectativa de vida nove anos maior que a da população brasileira, isto é, de 69 anos, ou seja, uma economia planificada estatalmente, longe de oprimir pessoas unilateralmente, é capaz de satisfazer necessidades sociais, mesmo em uma situação de enorme escassez (ver dados em: Knapp, 2005; Yaffe, 2009).

[2] Os conceitos e os experimentos de psicologia social que são citados neste tópico são todos reais e foram retirados de manuais ou de textos de crítica à psicologia social (CAMINO; TORRES; LIMA & PEREIRA, 2013; KRÜGER, 1986; MARTIN-BARó, 1985/2012; PARKER, 1989; RODRIGUES, ASSMAR & JABLONSKI, 2008). Análises introdutórias sobre a forma como a Psicologia Social abordou ações e manifestações de massas e a relação entre social e patológico podem ser encontradas nos trabalhos de Barros e Josephson (2007), Guareschi (2007) e Parker (2007/2014). Finalmente, a Perturbação de Oposição e Desafio consta no mercadológico DSM-V.

[3] As informações sobre a vida e a obra de Martin-Baró mais completas podem ser encontradas nos trabalhos de Blanco (1998), de la Corte (2001) e Dobles (2016). Informações sobre a história de El Salvador, a UCA e os jesuítas mártires podem ser encontradas em Montgomery (1992), Sobrino (1990) e Whitfield (1998). Os trabalhos de Psicologia Crítica que são citados como propostas convergentes com o projeto de Psicologia da Libertação aparecem na extensa bibliografia de Parker (2007/2014). Propostas de "Psicologia da Libertação" que antecederam a obra de Martin-Baró aparecem nos textos de Merani (1973/1077) e Bulhan (1985). No Brasil, as críticas e as alternativas à Psicologia aparecem sintetizadas nos trabalhos de Yamamoto (1987) e Yamamoto e Costa (2010). Os textos de Martin-Baró mais importantes para a elaboração deste tópico são citados no corpo do texto. Em português, há uma ampla coletânea de textos de Martin-Baró que foi organizada por Lacerda Jr. (2017).

Psicologia, raça e racismo: breve análise de suas bases históricas

Hildeberto Vieira Martins

Conforme vimos no capítulo 3, o campo da Psicologia agrega pesquisas e investigações voltadas para problemas muito variados. Assim sendo, neste capítulo abordaremos uma das questões que marca profundamente, ainda que de forma invisível para alguns, o dia a dia do povo brasileiro: o racismo.

De fato, como estamos acompanhando ao longo deste livro, tornou-se bastante evidente nos últimos anos o significativo aumento de pesquisas voltadas para uma (re)visão histórica dos numerosos caminhos tomados pela Psicologia brasileira. Não podemos ignorar que os fatores que determinam a eleição de alguns temas (ou perspectivas) como relevantes ou não dependem muito mais das configurações de um campo social (e das constantes inter-relações com os agentes que o compõem) do que com a natureza objetiva do objeto investigado. Diante disso, consideramos que a delimitação da nossa área (autonomização progressiva) e dos seus objetos decorre mais das estratégias que permitiram aos saberes psicológicos produzir respostas satisfatórias a certos problemas sociais do que a uma maior clareza científica e objetiva do objeto por eles estudado. Consideramos, então, que podemos usar como exemplo do argumento que estamos apresentando os estudos relacionados ao campo da questão racial .

Essa constatação para nós fica mais evidente se compararmos o interesse que o tema da questão racial alcançou nas disciplinas ligadas a certas áreas de ciências sociais e humanas (como a História, a Sociologia, a Antropologia, só para ficarmos com algumas delas), o quanto isso foi capaz de produzir explicações sobre a sociedade brasileira e o quanto essas estratégias disciplinares tiveram impacto para a definição de suas práticas e para sua consolidação institucional (CORRÊA, 1982, 1998; SCHWARCZ, 1993). Esse assunto – a questão racial – tornou-se cada vez mais relevante para esses cientistas sociais, que buscam entender a nossa sociedade e seus modos de pensamento.

Atualmente, acompanhamos uma suposta (re)descoberta ou o novo interesse sobre a questão do racismo (e as práticas ligadas ao preconceito e discriminação) no campo da Psicologia. Ao que parece, os psicólogos

começaram a se preocupar com o racismo e o seu impacto na produção de sofrimento psíquico, na tentativa de compreender o papel da Psicologia e do psicólogo nesse debate (COSTA, 2015; SCHUCMAN, 2014; TAVARES et al., 2013; NUNES, 2006).

Tomando como mote as considerações discutidas até agora, assim como as peculiaridades deste livro, este capítulo se propõe a apresentar algumas linhas de análise desenvolvidas em torno da questão racial no âmbito dos saberes psicológicos. Iremos enfatizar a mudança paradigmática ocorrida na passagem dos séculos XIX-XX e o quanto a questão racial no Brasil cada vez mais tornou-se um problema a ser resolvido pela ciência. Para nós, esse marco se inicia em decorrência da resposta dada por Raimundo Nina Rodrigues ao apelo formulado por Sílvio Romero a respeito da inexistência de estudos voltados para a contribuição da raça africana na formação do Brasil (RODRIGUES, 1935). O problema de qual raça resultava ao final do processo de miscigenação (fenômeno social que foi considerado em certos períodos o problema e também a solução do Brasil), e como esse problema afetava a sociedade brasileira, estava presente nos discursos e práticas daqueles cientistas interessados em propor soluções às dificuldades de formação de uma sociedade brasileira em direção ao processo civilizatório. A resposta de Nina Rodrigues resultou em um programa científico e social que propunha a delimitação de um “objeto” e a inauguração de um novo campo de pesquisa: uma etnologia afrobrasileira (VENTURA, 2000: 52). Além disso, Antunes (1998) afirma que os saberes psicológicos e outras áreas do saber foram utilizados como ferramentas na tentativa de encontrar a solução esperada para os problemas relacionados à saúde, à educação e à organização do trabalho.

Partindo desse momento histórico como ponto de ancoragem para a compreensão do texto, utilizaremos como recurso esquemático, quatro modelos distintos, a saber: 1) o negro como “objeto da ciência”; 2) a cultura como crítica ao determinismo racial; 3) o debate entre o preconceito e a “crise” de identidade; 4) o racismo como violência simbólica.

O negro como “objeto da ciência”

Vamos começar tratando dos debates que articularam a questão racial com os saberes psicológicos no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, delimitados pelos estudos iniciados por Raimundo Nina Rodrigues (1862 - 1906) e pelo grupo conhecido por alguns como “Escola Baiana de Antropologia” ou “Escola Nina Rodrigues” (CORRÊA, 1998; RAMOS, 1937a). Esses estudos analisavam a população africana ou afro-brasileira a partir da constituição do conceito de degeneração da raça e partiam do que consideravam como a existência de um problema negro em nossa sociedade. Os trabalhos de Nina Rodrigues (1894, 1935, 1939, 2006) possibilitaram a formulação de um modelo de cunho psicofísico capaz de explicar as então denominadas deficiências do negro brasileiro, e analisar as consequências sociais da manutenção do convívio com essa raça. Essa discussão teve continuidade no início do século XX pelas mãos de alguns psiquiatras que se apropriaram dessa temática, como Arthur Ramos (1934, 1937), Juliano Moreira (1908, 1925) e Afrânio Peixoto (1898, 1938). Seus trabalhos foram de grande importância para a formação de um saber e de uma prática médica sobre a questão racial no Brasil nas primeiras décadas republicanas, tendo grande influência em nossa sociedade. Essas obras funcionaram como aglutinadoras de uma série de projetos no campo médicopsicológico voltados para a construção de explicações possíveis para aquilo que seus proponentes consideravam produzir o Brasil como um país atrasado, sempre a partir de estudos realizados sobre a população (a criminalidade, a periculosidade, a menoridade etc.).

Não se pode ignorar que Nina Rodrigues é sempre citado quando se trata de discutir o surgimento da psiquiatria e da medicina legal, do racismo científico, do estudo das manifestações culturais africanas e das origens da antropologia brasileira (VENÂNCIO, 2004; ODA, 2003; MOUTINHO, 2003; MOREIRA LEITE, 2002; VENTURA, 2000; ANTUNES, 1999; CORRÊA, 2008, 1998; SCHWARCZ, 1993; COSTA, 1985; SKIDMORE, 1976). Outra característica marcante de seus estudos era a sua preocupação empírica: os seus projetos não eram meramente abstrações sobre a realidade, mas se propunham a descrever e diagnosticar a sociedade brasileira, com o intuito de recuperá-la ou, numa acepção mais cara à medicina, de curá-la. Por isso uma preocupação em realizar observações sobre as manifestações negras em nossa sociedade (ODA, 2003; ANTUNES, 1999; CORRÊA, 1998). É nesse sentido que podemos pensar os seus trabalhos como vinculados aos movimentos sociais que repensaram a sociedade e, nesse caso específico, através da consolidação do saber médico no Brasil (ENGEL, 2001; ANTUNES, 1999; COSTA, 1979; BIRMAN, 1978; MACHADO et al., 1978). Com o advento de uma medicina do social, o elemento negro seria investigado para que aí fossem encontradas as marcas da degeneração e uma origem para as suas causas.

O discurso racial presente na obra de Nina Rodrigues alcança um limite radical na tentativa de construção de um modelo baseado na pertença racial (de origem biológica) como definidor de um padrão de normalização da sociedade. Se existia um limite entre o estabelecido “cientificamente” (diferenças raciais) e o desejado política e socialmente (um critério que não impedisse a manutenção das hierarquias, mas que fosse válido para um país mestiço), o seu projeto era uma tentativa de objetivar um olhar científico sobre os limites entre o determinismo racial e o livre-arbítrio individual, bem

com as suas consequências para a sociedade, como pode ser verificado em seus argumentos sobre o problema da responsabilização criminal do negro.

Fica aí uma pergunta para você pensar: em razão disso, não era necessário elaborar um modelo de mestiçagem menos pessimista e mais viável para o país, objetivo que se torna realidade nas obras daqueles que o sucederam? Se o objetivo mudou, o que permaneceu o mesmo foi o seu objeto: o negro como objeto da ciência. E não foi esse elo aquilo que foi capaz de funcionar como disparador de seu resgate futuro? Pensamos que é esse o fator que possibilitou que alguns membros dessa “Escola” resgatassem a obra de Nina, não por mero reconhecimento dos seus feitos, mas sim pela aproximação dos interesses científicos entre gerações distintas, com o propósito de produzir um discurso eficaz (de controle) sobre o elemento negro. A passagem de um modelo racial para um modelo culturalista marca menos uma diferença no objeto de análise do que a continuidade de um exercício de dominação e assujeitamento, centrado nas positividades e negatividades desse elemento. A tentativa empreendida por Arthur Ramos de “atualizar” o discurso de Nina Rodrigues não seria resultado desse processo de resgate? Para que você possa pensar melhor sobre isso, veja esta frase de Arthur Ramos: “Se nos trabalhos de Nina Rodrigues, substituirmos os termos raça por cultura, e mestiçamento por aculturação, por exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade” (ARTHUR RAMOS, 1939).

E é a partir dessa ideia que passamos para o segundo modelo.

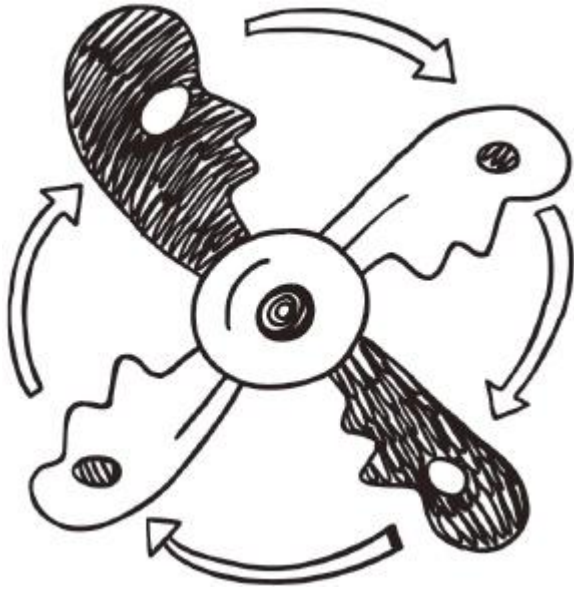
A cultura como crítica ao determinismo racial

O segundo modelo de análise histórica se organiza a partir da década de 1930 e é caracterizado pela difusão do modelo sociocultural de cunho freyriano (e sua posterior crítica) e pelas tentativas iniciais de formalização da Psicologia como disciplina independente no ensino superior e da produção concomitante de uma ainda incipiente “Psicologia Social”. Essa fase caracteriza-se por uma certa revisão crítica dos modelos usados para pensar as deficiências imputadas ao elemento negro . Foi a partir desse momento que se passou a criticar o modelo determinista racial, crítica presente nas obras de Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903 - 1949) e Gilberto Freyre (1900 - 1987), por exemplo.

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pela ideia de modernização do Brasil, projeto este construído na confluência de várias disputas e divergências que culminaram naquilo que foi chamado de Revolução de 1930 e no Estado Novo. A partir dessa nova ordem republicana, consolidou-se um novo modelo de Brasil (HERSCHMANN E PEREIRA, 1994). E é esse momento que viu surgir um novo olhar em torno da questão da miscigenação racial brasileira, mas agora de maneira positiva. De maneira geral, a partir da década de 1930, certos autores discutiram como essa “positividade” afetava a nossa identidade nacional. De maneira ilustrativa, podemos apontar como o principal representante dessa linha argumentativa o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e seu modelo culturalista (1933; 1936 [2000]). Mas outras análises surgiriam na tentativa de descrever as misturas de raça no Brasil, as suas consequências para o desenvolvimento do país e para a construção desse projeto de identidade nacional. Nesse aspecto, não podemos deixar de apontar para os trabalhos produzidos por Arthur Ramos (1956, 1937, 1934). Contudo, os trabalhos desse autor ainda seguiam, em suas fases iniciais, os passos de Nina Rodrigues. E, ao que parece, essa filiação se fez presente em seu curso e livro de Psicologia Social, já que neles foram usados os conceitos de sobrevivência, mentalidade primitiva e personalidade degenerada para explicar as diferenças culturais entre os grupos sociais. Nas primeiras décadas do século passado, Arthur Ramos procurou registrar em suas obras as manifestações culturais do negro no Brasil, em um período no qual o debate culturalista ainda era incipiente. O autor interessou-se pelos estudos da herança cultural dos povos africanos trazidos para este país, em decorrência da colonização e do tráfico negreiro forçado. Ramos analisou e observou a reconfiguração das tradições africanas, que em contato com o elemento português e com os nossos grupos autóctones, influenciaram os hábitos de vida, instituições e folclore da sociedade brasileira (1934, 1937).

A década de 1930 é o momento da realização dos primeiros cursos acadêmicos que apresentam a Psicologia Social como tema. São dessa época os cursos de Raul Carlos Briquet (1887 - 1953), Arthur Ramos e Donald Pierson (1900 - 1995). Segundo Bomfim (2002, 2003, 2004), Raul Briquet ministrou o primeiro curso superior de Psicologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ligada à USP, no segundo semestre de 1933. O segundo curso seria orientado por Arthur Ramos na Escola de Economia e Direito, na Universidade do Distrito Federal, ao que parece, ocorrido entre julho e dezembro de 1935. Esse curso parece ter sido oferecido até a extinção dessa Universidade, em 1937 (RAMOS, 1939: 17). Esses autores, inclusive, publicaram livros com títulos que fazem alusão ao

campo, respectivamente o livro Psicologia Social , de Briquet, editado em 1935, e o livro de Ramos, Introdução à Psicologia Social , editado em 1936. O livro de Arthur Ramos contou com uma recente reedição, organizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2003. O terceiro curso de Psicologia Social foi realizado por Donald Pierson na década de 1940, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Segundo Bonfim (2004), seu curso sofreu a influência das ideias preconizadas pela Escola de Chicago. Esse autor considerava que o principal fator que impedia o processo de integração do negro à sociedade brasileira era o preconceito racial (GUIMARÃES, 2000: 134). Esses primeiros cursos em Psicologia Social já eram frutos de uma tentativa cada vez maior em delimitar o campo da Psicologia no Brasil. E não podemos esquecer que em 1953 surgiu o primeiro curso superior de Psicologia, na PUC do Rio de Janeiro (MANCEBO, 1997).

Cabe ainda destacar que são desse período os estudos sobre relações raciais patrocinados pela UNESCO para a constituição de um ciclo de pesquisas comparativas realizado em diferentes regiões brasileiras, que àquela época buscava divulgar modelos bem-sucedidos de cooperação racial no mundo. Inicialmente planejado para ser realizado somente na Bahia, os trabalhos também ocorreram em Pernambuco, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Maio (2000: 116-7), se por um lado o projeto UNESCO pode ser visto como o “momento de ruptura com a tradição ‘culturalista’ acerca das interações entre brancos e negros no país”, por outro, ele serve como vetor de análise da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Esse projeto possibilitou que a discussão racial brasileira pudesse se deslocar do paradigma cultural freyriano e ser substituído pelo paradigma sociológico construído por Florestan Fernandes. Nas pesquisas realizadas em São Paulo, coordenadas por Roger Bastide e Florestan Fernandes, vemos a participação de Virgínia Leone Bicudo (1915 - 2003), Aniela Meyer Ginsberg (1902 - 1986) e Otto Klineberg (1899 - 1992), personagens alinhados com o campo dos saberes psicológicos. Os estudos realizados por Bicudo e Ginsberg foram publicados no livro Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo , de 1955 (BASTIDE & FERNANDES, 1955). Virginia Leone Bicudo, sob a orientação de Donald Pierson, defendeu sua dissertação de mestrado também voltada para o estudo das relações raciais e intitulada Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo . Essa dissertação foi publicada pela primeira vez em 2010 (BICUDO, 2010). Aniela Ginsberg realizou o trabalho Pesquisa sobre as atitudes de um grupo de escolares em São Paulo em relação com as crianças de cor . Ambas as autoras lecionaram na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e empreenderam articulações entre as relações raciais e o contexto educacional. Já Klineberg escreveu livros sobre Psicologia Social e o tema das diferenças raciais, atuando ainda como professor da cadeira de Psicologia no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP entre 1945 e 1947.

Um outro importante personagem desse período foi Dante Moreira Leite (1927 - 1976). Esse autor teve livros publicados que tratavam do problema racial (LEITE, 2008, 2002). O seu livro O caráter nacional brasileiro , escrito em 1954, inicialmente como tese para o seu doutoramento na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, teve algumas reedições em decorrência do impacto e abrangência de sua influência (PAIVA, 2000). Nesse trabalho, Leite aponta o quanto o projeto nacional brasileiro foi marcado por uma ideologia racial.

O modelo que acabamos de retratar foi marcado em seu início pela retomada do fenômeno da miscigenação em uma perspectiva que podemos chamar de positiva, produto da tentativa inicialmente exitosa de pensar uma saída para os impasses que a questão racial brasileira produziu. O resultado desse processo foi conhecido retrospectivamente como "democracia racial", uma vez que o termo só ganha força na década de 1960 (GUIMARÃES, 2001: 153-54), termo que posteriormente será criticado pelo movimento negro e por alguns acadêmicos, que preferirão chamar esse processo de "racismo à brasileira" (TELLES, 2003).

Mas nem tudo são flores, e o início da década de 1960 já anunciava que "anos de chumbo" estavam a caminho...

Entre o preconceito e a "crise" de identidade

A década de 1960 foi caracterizada pela consolidação do campo da Psicologia em nossa sociedade, fato que culminou na regulamentação da profissão de psicólogo, através da lei º 4.119, de 1962. Mas para nós o que interessa discutir é que esse período foi marcado pela realização de estudos sobre o preconceito racial fortemente derivados do modelo da Psicologia americana (aqui destacam-se os estudos de Aroldo Rodrigues e sua introdução da Psicologia Social americana no Brasil).

O Brasil vivia nessa época um momento de grande crise social, assolado pelo golpe civil e militar recentemente implantado em 1964. As transformações políticas e sociais pelas quais passou a sociedade brasileira foram significativas, gerando uma série de incertezas em um primeiro momento e,

logo depois, desembocando em grave processo de cerceamento das liberdades políticas. Contudo, esse foi o período de consolidação universitária da Psicologia e, como dito anteriormente, de sua autonomização profissional. O período que vai das décadas de 1960 a 1980 ainda assiste ao que alguns autores definiram como a “explosão” das práticas e do saber psicanalítico no Brasil, produzindo o que alguns definiram como o surgimento de uma “cultura psicanalítica” (JACÓ-VILELA, 1999; RUSSO, 1993; FIGUEIRA, 1988, 1981).

E é nesse cenário de incertezas políticas e de consolidação profissional que Aroldo Rodrigues desenvolveu suas pesquisas sobre preconceito racial (RODRIGUES, 1984, 1979, 1969). Esse autor foi considerado um dos principais nomes da Psicologia Social cognitiva norte-americana e é visto como um dos personagens envolvidos naquilo que foi considerado como um momento de reflexão da Psicologia Social sobre as suas bases teóricas e metodológicas (LIMA, 2008, 2009), ou seja, a sua “crise” (você lembra do que vimos no capítulo 3?). E foi nesse quadro de análise, que esse autor desenvolveu algumas pesquisas sobre o preconceito racial no Brasil usando como princípio o método comparativo. Seus estudos foram tanto de base teórica quanto empírica, buscando estabelecer uma comparação entre a realidade brasileira e a americana. Os seus trabalhos sobre preconceito racial tentavam definir que tipo de preconceito caracterizava a sociedade brasileira. Contudo, a sua conclusão do problema parece se voltar para uma questão mais econômica que de ordem psicológica. Rodrigues parece comungar da ideia que a questão do preconceito no Brasil é mais de ordem econômico-social (diferenças de classe) que de ordem racial (estrutural). O que você acha da opinião dele?

O que realmente parece acontecer [em relação ao preconceito racial] é que, uma vez que o preto consegue superar as desvantagens da educação e do status social, a cor de sua pele não é mais um problema para ele frente à sociedade brasileira. (AROLDO RODRIGUES, 1979)

Como vimos, esse é um debate que foi levantado a partir das análises de Florestan Fernandes sobre a questão racial presente na sociedade brasileira. Rodrigues considera que o processo de miscigenação foi um fator atenuador do preconceito racial no Brasil, mas não ignora que ele existe em nossa sociedade. Contudo, o autor tende a descrevêlo como um fenômeno geral, atingindo diferentes grupos por conta da formação de estereótipos, sua base cognitiva (AROLDO et al., 2009). Sua interpretação do fenômeno racial segue uma explicação de cunho cognitivista, sem uma maior preocupação dos fatores históricos e sociais que determinariam a constituição sui generis desse fenômeno em nossa sociedade.

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram marcados pelo processo de transição política que culminou no movimento das Diretas Já! , em 1984, evento de grande significação política, visto que foi o movimento democrático popular mais importante desse período.

Seguindo o espírito democrático da época, essa etapa foi marcada também pela crítica a um modelo de Psicologia considerado hegemônico, um modelo calcado na neutralidade científica e produtor de uma perspectiva a-histórica

dos fenômenos psicológicos, em que se desconsideravam os aspectos sociais e históricos que determinam o próprio campo da Psicologia, conforme vimos em capítulos anteriores. Em função dessa crítica, a obra de Aroldo Rodrigues passou a ser criticada por estar em continuidade com o debate culturalista freyriano e o de Florestan Fernandes, que viam o problema como resultante de uma questão de luta de classes, sendo resolvido assim que a igualdade social fosse alcançada pela sociedade brasileira.

O debate tomou novo rumo nas décadas seguintes, agora marcado pela denúncia dos privilégios simbólicos da branquitude e pela violência simbólica pela qual passava a construção da identidade negra, como veremos a seguir.

O racismo como violência simbólica

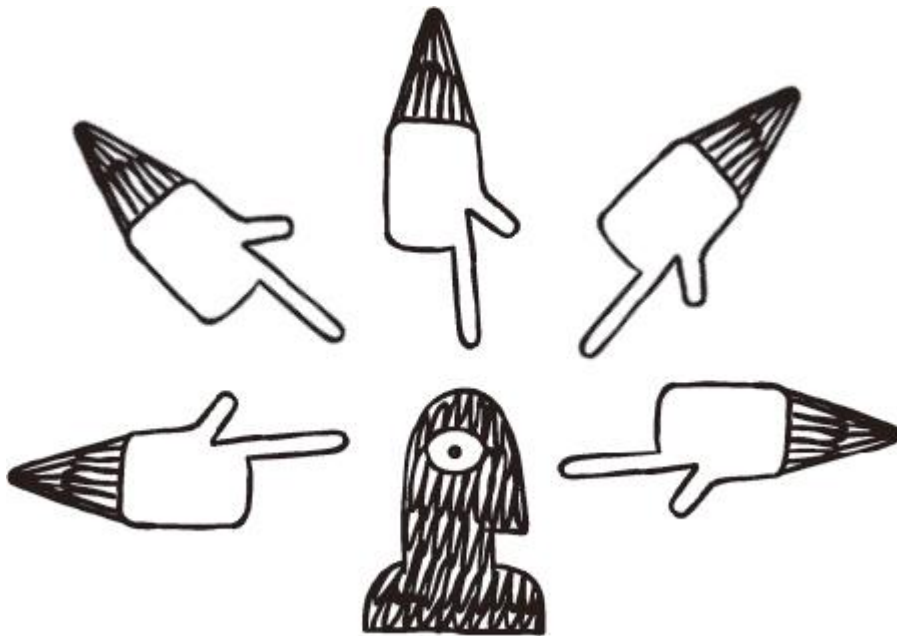
O último modelo que apresentaremos é aquele em que se evidencia uma revisão e rediscussão da categoria negro e cria-se um novo enfoque para a (re)construção dessa identidade, fortemente baseado em um viés de base psicanalítico sobre os efeitos das identificações simbólicas produzidas pelo racismo.

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. (NEUSA SANTOS SOUZA, 1983)

São desse período as discussões apresentadas por Neusa Santos (1983) e Jurandir Freire Costa (1983, 1984). Vivíamos sob efeito da abertura política, depois de décadas de ditadura militar, o que favoreceu uma maior ocorrência de discussões e propostas de ações voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial no Brasil, novamente capitaneadas pelo movimento negro.

A partir dessa conjuntura, novas questões são levantadas e a questão racial passa por nova revisão, agora fomentada por uma discussão que se vale de uma abordagem psicanalítica como recurso teórico capaz de lançar luz sobre o racismo brasileiro. Esse modelo de análise tomou os conceitos de narcisismo e de identificação como os pontos principais de uma leitura sobre a violência simbólica associada ao racismo e à produção de uma identidade negra. Tanto Costa quanto Santos apontam como o sujeito negro é marcado por uma violência racista “criada pela classe dominante branca ou que se autodefine desta maneira”. Os autores enfatizam a importância da dinâmica intrapsíquica na produção de uma imagem corporal desvalorizada. A consequência mais evidente de tal processo subjetivo é uma identidade recusada, o que impede que ele se “integre ao seu grupo de origem” (SANTOS, 1983: 73). Jurandir Freire Costa ainda discutiu as teorias raciais a partir de uma perspectiva histórica em seu livro História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico , cuja primeira publicação é de 1976.

Passadas quase duas décadas, veríamos a eclosão dos estudos em Psicologia Social sobre branqueamento e branquitude , com Iray Carone e Maria Aparecida Bento. A branquitude é um campo de estudo que surgiu a partir da década de 1990. Os conceitos de branquitude e branqueamento

ganharam força no Brasil a partir da pesquisa psicossocial que Iray Carone e Maria Aparecida Bento realizam na USP a partir de 1992 e que resultou no livro Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil , publicado pela primeira vez em 2002. Partindo de uma análise histórica das razões da promoção do racismo no Brasil, esse trabalho enfatiza os fatores políticos e psicológicos que geram o medo das “elites brancas” em relação ao negro. Elas apontam para o fato de que o branco não entra em cena nesse debate e que é preciso denunciar os privilégios narcísicos desse grupo racial, ou seja, o enfoque deixa de ser a identidade negra (a negritude) e passa a ser a identidade branca e seus privilégios (a branquitude). Esse debate investiga como certos processos psicossociais presentes nas relações de dominação afetaram os sujeitos considerados brancos e como a partir disso eles constroem suas identidades e posições de privilégio simbólico. Mais recentemente, Maria Aparecida Bento, por intermédio do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), publicou um livro que retoma o debate sobre o papel da Psicologia Social nessa discussão. O livro teve o título Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a Psicologia Social no Brasil (2014).

E também vemos surgir o questionamento do papel da Psicologia no debate racial brasileiro nos trabalhos de Franklin Ferreira (2007, 2002, 2000). Sua pesquisa inicial foi fruto de sua tese de doutorado defendida na USP, publicada em 2000. Esse trabalho intitula-se Afrodescendente: identidade em construção , e se propõe a ser um “levantamento bibliográfico da Psicologia brasileira sobre o afrodescendente” (2000: 12). Outros trabalhos importantes foram realizados por esse autor, na tentativa de expor os efeitos de políticas públicas ou privadas específicas voltadas para o atendimento de uma determinada parcela da população, afetadas negativamente em decorrência de certos critérios (físicos, biológicos, sociais ou culturais), ou seja, determinados grupos que tenham sofrido certos tipos de discriminação por conta de seu pertencimento étnico-racial. O autor revela que tal recurso institucional é o resultado da mobilização social e política que nas últimas décadas foi utilizada por uma determinada parcela da população (as ditas

“minorias”), que sofreu ou sofre algum tipo de discriminação, o que lhe acarretou ou acarreta certos prejuízos (sociais, psicológicos, políticos etc.) que exigem formas de reparação ou compensação. Nesse sentido, as ações afirmativas são pensadas como uma forma de discriminação positiva.

Esse último período histórico ainda está em construção e, portanto, fazer uma análise dos possíveis caminhos que a temática racial pode ainda tomar é praticamente impossível. Mas percebe-se que cada vez mais as abordagens sobre a questão racial envolvem respostas que considerem a importância do aspecto simbólico e relacional da produção das imagens e autoimagens relacionadas à identidade racial, e também dos fatores políticos (relações de poder) envolvidos na elaboração dessas mesmas identidades, mesmo que tal identidade agora seja pensada como um constructo social.

Conclusão

Tentamos, mesmo que brevemente, apontar para as transformações ocorridas ao longo da História do Brasil no que tange ao debate, as polêmicas travadas e as ausências notadas em torno da problemática racial e quais ferramentas os saberes psicológicos produziram com o intuito de explicar um fenômeno que é pensado por muitos como o aspecto mais singular do pensamento social brasileiro. Acreditamos que foi possível retratar sucintamente os principais eventos, ideias e atores que permitiram a construção do projeto de sociedade brasileira marcado por um “credo racial”. A nossa escolha por uma análise de longa duração acarreta assumir os riscos da produção de lacunas e omissões comprometedoras de uma análise mais pormenorizada dos tópicos aqui levantados. Mas acreditamos que o resultado final vale essa aposta.

Acreditamos ainda que estudar a História de constituição do pensamento psicológico sobre as relações raciais e suas transformações ao longo dos últimos séculos possibilita refletir sobre a própria gênese da Psicologia e sua atualidade na produção de visões de mundo e ser humano. Este capítulo representa mais uma tentativa de colocar em discussão a questão racial brasileira.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, J. L. F. Medicina, leis e moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo . São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955.

BICUDO, V. L. Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo . São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BONFIM, E. de M. Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. Psicologia & Sociedade , volume 16, número 2, 2004, p. 32-36.

__. Contribuições para a História da Psicologia Social no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. MANCEBO, D.; ROCHA, M. L. (orgs.). Psicologia Social: relatos da América Latina . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

__. Raul Carlos Briquet (Série Pioneiros da Psicologia Brasileira). Rio de Janeiro/Brasília: Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil . Petrópolis, Vozes, 2002.

CHALHOUB, S. V isões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte . São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, M. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil . Bragança Paulista: EDUSF,1998.

__. Antropologia & medicina legal: variações em torno de um mito. In: VOGT, C. Caminhos cruzados . Linguagem, antropologia e ciências naturais . São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, J. F. História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico . São Paulo, Garamond, 2007.

COSTA, E. S. Racismo como metaenquadre . Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, p. 146-163, dez. 2015.

DAMATTA, R. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. cap. 4, p. 139-193.

DUARTE, L. F. D. Introdução: a análise da pessoa moderna pela história e etnografia dos saberes psicológicos. Cadernos do IPUB/UFRJ , 8, 1-10. 1997.

DUARTE, L. F. D.; RUSSO, J. & VENÂNCIO, A. T. (Orgs.). Psicologização no Brasil: atores e autores . Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2005.

ENGEL, M. G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FERREIRA, R. F. O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. Psicologia, ciência e profissão , n. 27 (1), p. 46-63. 2007.

__. Afro-descendente: identidade em construçã o. São Paulo: EDUC / Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FIGUEIRA, S. A. (org.) Cultura da psicanálise . São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRACIANO, M. Dante Moreira Leite face a preconceitos e ideologias sobre caráter nacional. Cadernos de Pesquisa , número 17, s/d, p. 9-12.

GUIMARÃES, A. S. Racismo e anti-racismo no Brasil . 2 ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo / Ed. 34, 2005.

LANE, S. T. M. & CODO, W. (Orgs.). P sicologia Social: o homem em movimento . São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEITE, D. M. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia (Série Dante Moreira Leite/organizador Rui Moreira Leite). 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LIMA, I. S. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Bra sil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MACHADO, R. et al. Danação da norma . Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAIO, M. C. Educação Sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. Cadernos Pagu , Número 35, 2010, p. 309-355.

MARTINS, H. V. Da África às faculdades de medicina: um estudo do elemento negro na sociedade brasileira. In: Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa . 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, v.1, p. 05-312.

__. As ilusões da cor: sobre raça e assujeitamento no Brasil . Tese de Doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

MARTINS, H. V. & SILVA, N. S. A produção de uma cultura africana no Brasil e sua relação com os saberes psicológicos. In: CARVALHO, C. R.; NOGUERA, R. & SALES, S. R. (Orgs). Relações Étnico-raciais e Educação: contextos, práticas e pesquisas . 1 ed. Rio de Janeiro/Seropédica: NAU Editora/EDUR, 2013, p. 157-168.

MARTINS, H. V.; SCHUCMAN, L. V. & SANTOS, A. O. dos. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2012, vol. 32, n. esp., pp. 166-175.

MASSIMI, M. O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L. & PORTUGAL, F. T. (Orgs.). História da Psicologia: rumos e percursos . Rio de Janeiro, NAU Editora, 2007, p. 159-168.

MATTOS, H. M. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil – Século XIX . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOREIRA, J. Querelantes e pseudo-querelantes. Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal . Rio de Janeiro: Officinas de Typ. E Encad. do Hospício Nacional de Alienados, anno IV, n. 1 e 2, p. 426-434, 1908.

__. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Anno I, n. 1, p. 109-115, março de 1925.

ODA, A. M. G. R. Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues . Tese de Doutorado. Campinas, 2003.

PAIVA, G. J. Dante Moreira Leite: um pioneiro da psicologia social no Brasil. Psicologia USP , volume 11, número 2, 2000, p. 25-57.

PEIXOTO, A. Epilepsia e crime . Bahia: V. Oliveira & Comp. Editores, 1898.

__. Clima e saúde. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira). vol. 129.

__. Prefácio. In: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Guanabara, [1938]. Disponível em < http:// www.scribd.com/doc/3217109/ninarodrigues >, acessado em 09 de janeiro de 2016.

RAMOS, A. O negro brasileiro, etnografia religiosa e psicanálise . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

__. As culturas negras no Novo Mundo . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

__. Loucura e crime. Questões de psychiatria medicina forense e psychologia social . Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1937a.

__. Prefácio. In: As coletividades anormais . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. Biblioteca de Divulgação Científica, vol. 19.

__. O negro na civilização na civilização brasileira . Prefácio de Richard Pattee. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, [1956 ?].

__ Introdução à psicologia social . São Paulo: Caso do Psicólogo: Florianópolis, SC: UFSC: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

RODRIGUES, A. Atribuição de causalidade: estudos brasileiros. Arquivos Brasileiros de Psicologia . Rio de Janeiro 36(2):5-20 abr./jun., 1984.

__. Casamento inter-racial no Brasil. In: RODRIGUES, A. Estudos em Psicologia Social . Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

__. Consistência cognitiva e comportamento social. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada . Rio de Janeiro, 21 (2):9-86, abr./jun. 1969.

RODRIGUES, R. N. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil . Bahia: Imprensa Popular, 1894.

__. Os africanos no Brasil . 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V) vol. IX.

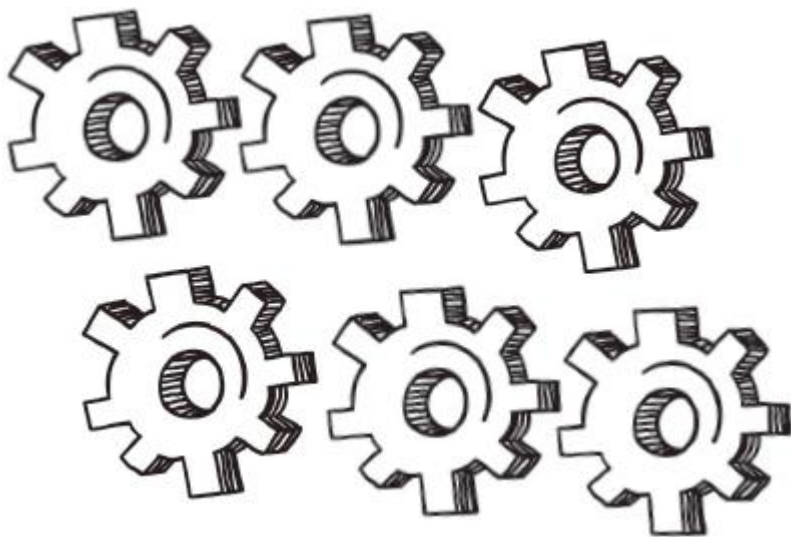
__. As coletividades anormais . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. Biblioteca de Divulgação Científica, vol. 19.

__. O animismo fetichista dos negros baianos . Apresentação e notas Yvonne Maggie, Peter Fry. Ed. fac-símile. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Editora UFRJ, 2006.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, T. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAVARES, N. O.; OLIVEIRA, L. V.; LAGES, S. R. C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. Saúde em debate . Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, out/dez. 2013.

TELLES, E. E. (2003). Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica . Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford.

As diferentes concepções de História em Psicologia Social

Renato Sampaio

É comum um estudante de Psicologia, conforme já consideramos em capítulos anteriores, perguntar-se sobre a necessidade de estudar a História do seu campo. Logo, talvez associe tal atividade a uma série de datas, nomes e à busca incessante de uma origem, no passado, para explicar o surgimento de teorias e conceitos, no presente. Certamente, tal indagação pode permanecer após a sua formação, mesmo entre aqueles que se dirigem à pesquisa em Psicologia. Michael Wertheimer (1998) se debruça sobre esta questão e propõe importantes reflexões no texto Pesquisa Histórica – Por que? Ele afirma que é possível nos depararmos com uma farta literatura que apresenta tanto lamentos sobre a ausência de estudos em História da Psicologia – e da formação de pesquisadores nessa área – quanto reprovações do interesse por tais pesquisas, pois a ciência seria cumulativa e, para os que pensam desse modo, tudo o que temos no presente é uma superação e correção do passado.

Este é um convite para se aprofundar nessa discussão. O objetivo deste capítulo será apresentar uma História das diferentes concepções de História e seus usos na Psicologia Social no Brasil. Portanto, além da História que os leitores conhecem, a denominada História factual, ou ainda, a História que se faz pelo resgate de nomes e datas em uma origem longínqua, apresentaremos a perspectiva marxista da História, a escola dos Annales e as contribuições de Michel Foucault.

A Historiografia Positivista na Psicologia

Na Psicologia Social, um dos primeiros autores a apresentar uma discussão histórica neste campo foi Gordon W. Allport (você lembra do capítulo 2?). No texto Os Antecedentes Históricos da Psicologia Social Moderna , presente no Handbook of Social Psychology , este autor (1954) afirmou que “(...) um estudo da história da psicologia social pode ser justificado somente para mostrar a relevância dos antecedentes históricos de primeiro plano nos dias atuais”. O psicólogo social norte-americano deixou claro sua filiação à historiografia positivista ao apresentar a questão: “Por que se preocupar com o ‘estágio metafísico’ da especulação, como Comte o chamou, quando

uma nova era do positivismo e do progresso raiou?” O problema prossegue com a afirmação de que antes da Psicologia Social tornar-se ciência, filósofos e políticos procuravam respostas para a pergunta: “Qual é a natureza social do homem?”, portanto, ainda segundo Allport (1954), esta preocupação com a natureza social do homem é tanto “antiga quanto persistente”.

Neste momento você poderia nos interrogar: o que define o uso da historiografia positivista na Psicologia Social? Nas questões apresentadas acima, Allport (1954) lançou mão de alguns pressupostos que sustentam esse modelo historiográfico: a figura do precursor e do continuísmo na História.

Segundo Penna (1991) a noção de precursor é um problema para o historiador, que pode ser definida como: as ideias surgidas em um espírito chegariam a partir do seu desenvolvimento a sua maturidade, mas seus frutos eclodiriam apenas no espírito de uma geração posterior. E as gerações seguintes só se interessariam pelas que as antecederam na medida em que reconhecessem nelas seus ancestrais ou precursores.

Para Farr (1991), “uma manifestação da influência do positivismo na historiografia é a obsessão com a identificação das origens exatas de um campo de estudo em particular”. Ainda segundo esse autor (1991), Allport teria apresentado Comte como o “pai fundador” da Psicologia Social Moderna, reconhecendo, portanto, a partir deste ancestral, a orientação positivista neste mesmo campo.

De acordo com a crença positivista, é dever do historiador principiante celebrar as realizações da ciência e traçar o seu progresso. Isso é muitas vezes feito contrastando a história do campo (longa ou curta, dependendo da ciência em particular) com o seu "longo passado" (...). (FARR, 1991)

Diante do que expomos até aqui, estenderemos estas mesmas reflexões para o campo da Psicologia Social, preocupados com os diferentes modos de escrita da História deste saber, no Brasil.

Historiografia positivista: ressonâncias na Psicologia Social no Brasil

As primeiras publicações em Psicologia Social no Brasil foram de manuais norte-americanos e europeus. Como afirma Bomfim (2003), o aumento da tradução de livros estrangeiros ocorre nos anos de 1960 com "Autores como S. Asch (1960), C. Blondel (1960), M. Ginsberg (1966), W. Lambert e W. Lambert (1966), G. Simpson (1967), J. Maisonneuve (1967), J. Stoetzel (1967), R. Zajonc (1969) (...)". Na década seguinte, ainda segundo Bomfim (2003), estas traduções e publicações permanecem em alta, no entanto, já se percebe a circulação de textos em análise institucional, em Psicologia da comunidade e metodologia em Psicologia Social. Segundo Bomfim (2003), somente a partir dos anos de 1980 é que ocorrerá uma diminuição de traduções no campo da Psicologia Social e é neste mesmo período que tem início uma profusão de dissertações neste campo e, consequentemente, de produções nacionais.

Uma pequena parte dessas publicações em Psicologia Social, do período das traduções, apresenta em suas introduções uma síntese histórica deste campo. De um modo geral, os autores constroem a ideia de continuidade entre um período do passado e o presente, além da apresentação dos precursores. No livro Psicologia Social de Stoetzel, de 1967, o capítulo 1 tem o título "O passado da Psicologia Social". Nele encontramos os subtítulos: "continuidade cultural das ciências", "os dois temas da Psicologia Social précientífica" e "alguns precursores na filosofia moderna". No livro de Klineberg, de 1957, encontramos no subcapítulo "Esboço Histórico" os mesmos elementos que marcam a historiografia positivista: a apresentação de uma Psicologia Social pré-científica, o estabelecimento da continuidade temporal e a exposição dos precursores.

Como afirmamos anteriormente, a apresentação histórica não era comum nas edições de Psicologia. Então não é surpreendente que muitos livros introdutórios à Psicologia Social não apresentassem uma História deste campo. Muitas publicações em Psicologia Social mais recentes (FARR, 2002; BOMFIM, 2003; CAMPOS & GUARESCHI, 2002; JACÓ-VILELA & SATO, 2007) são fruto de reflexões de grupos que pesquisam a História da Psicologia Social. No Brasil, refletem certamente o trabalho de pesquisa em pósgraduações e das produções realizadas pelo grupo de trabalho (GT) História da Psicologia da ANPEPP, criado no ano de 1996.

Em um importante estudo da História da Psicologia Social no Brasil, Bomfim (2003) apresenta logo após a introdução, o capítulo “Os Precursores da Psicologia Social no Brasil”. Neste mesmo estudo, nomes como Sylvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues e Manoel Bonfim são apresentados como precursores da Psicologia Social em nosso país. Ainda segundo Bomfim (2003):

Como precursores que foram, traziam nas suas ideias as marcas da época e do país em que viviam. Época de um Brasil de pouca industrialização, de domínio da oligarquia rural, de um contexto cultural marcado pelo declínio do romantismo e de um contexto intelectual regido pelo predomínio das ideias positivistas de Augusto Comte e pelo Darwinismo social. (BOMFIM, 2003, p. 15)

A autora (2003) afirma ainda, pelas razões expostas acima, que os precursores se interessaram pela “questão psicossocial do racismo e [pela] questão da manutenção da dependência político-econômica”.

É ao leitor iniciante nas leituras em Psicologia Social e, principalmente, da historiografia deste campo que nos dirigimos. Como afirma Bomfim (2003), os precursores refletiam em suas teorias o contexto político-social em que viviam. Portanto, perguntamos a título de reflexão e debate: como estabelecer uma continuidade entre esse período dos precursores e o nosso? Por que seriam esses autores iniciadores da Psicologia Social no Brasil? Bomfim (2003) fez algo diferente, quando estabeleceu os nomes de Sylvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues e Manoel Bonfim como precursores da Psicologia Social no Brasil, do que havia feito Allport (1954) ao apontar Comte como o fundador da Psicologia Social moderna? Usaremos estas questões como pano de fundo do debate que realizaremos ao longo deste capítulo.

As primeiras obras com a denominação Psicologia Social no Brasil foram: Pequenos estudos de Psicologia Social (1921), de Oliveira Viana, Psicologia Social (1935), de Raul Carlos Briquet e Introdução à Psicologia Social (1936), de Arthur Ramos. As duas últimas obras são apresentadas (BOMFIM, 2002; BOMFIM, 2004) como marcos da Psicologia Social no país.

Tanto Briquet quanto Ramos publicaram suas obras a partir do material preparado para os primeiros Cursos de Psicologia Social no Brasil, o primeiro em São Paulo, o segundo no Rio de Janeiro. Segundo Bomfim (2004), Briquet usou em seu curso de Psicologia Social um grande número de referências, o que assegurava o conhecimento do campo, bem como das discussões apresentadas por autores norteamericano e europeus. Destacamos ainda no trabalho de Bomfim (2004), em função de nossa discussão sobre a historiografia positivista, a observação sobre o interesse de Briquet pelo materialismo histórico de Marx, que teria concorrido “para a introdução da visão materialista histórica em Psicologia Social no Brasil” (BOMFIM, 2004, p. 44). Tal afirmação nos aproxima mais uma vez da figura do precursor.

Arthur Ramos apresenta em sua obra Introdução à Psicologia Social , de um modo geral, excepcional conhecimento da Psicologia. Sua apresentação da Psicologia Social não é de um simples manual. Assim como Briquet, expõe

uma leitura dos principais teóricos da Psicologia Social do período, bem como uma reflexão sobre os seus mais importantes temas.

A discussão sobre as Histórias contínua e descontínua, como é nosso intuito realizar ao longo deste texto, não deve nos levar a escolher uma em detrimento da outra, mas apontar seus desdobramentos para o trabalho historiográfico no campo da Psicologia Social no Brasil. Concordamos, com Massimi, Campos e Brozek (2008, p. 39):

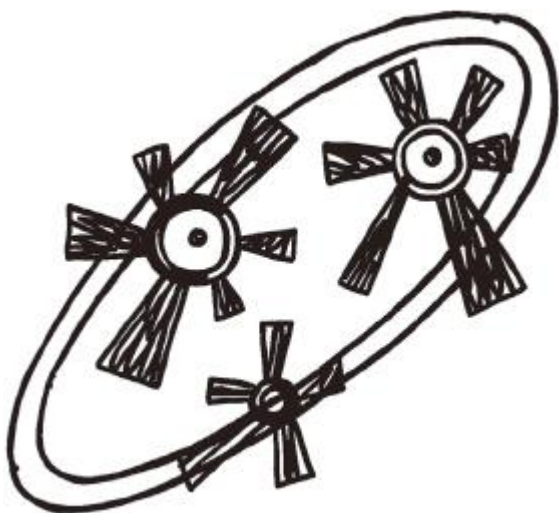
Na realidade, cada uma das duas perspectivas trouxe contribuições importantes à historiografia da Psicologia, do ponto de vista metodológico. Se o descontinuísmo alertara para a necessidade de considerar o reconhecimento da diversidade como elemento fundamental do trabalho historiográfico, por outro lado, o continuísmo valorizara formas de conhecimentos que, elaborados num passado longínquo, ainda conservam um valor heurístico atual.

No próximo tópico problematizaremos as outras perspectivas anunciadas anteriormente com o propósito de apresentar alguns de seus pressupostos metodológicos, além de discutir o que significa a sua adoção para a historiografia da Psicologia Social.

Escola dos Annales ou Nova História: repercussões na Historiografia da Psicologia Social

No final da década de 20, surge na França a revista denominada Annales d'histoire économique et sociale , com Lucien Febvre e Marc Bloch. A escola dos Annales, como ficou conhecida, rompeu com a historiografia tradicional e apresentou uma nova maneira de pensar o presente e a sua relação com o passado (BURKE, 1997). Também denominada como a Nova História, a escola dos Annales criticou a ideia de que a História se faz apenas com textos. Seus autores insistiam sobre a diversidade de documentos que deviam ser utilizados pelo historiador, ampliando, assim, a noção de documento histórico. A História passa por uma redefinição, quer dizer, os historiadores não buscavam um saber absoluto, mas sim o produto de uma época, portanto, estaríamos diante de um saber que submete suas afirmações à relatividade, a um estado plural, passa-se a falar de "Histórias". Não será nosso objetivo apresentar longamente a Nova História, para isso, sugerimos as seguintes referências: Burke (1997), Dosse (2001), Novais e Silva (2011 e 2013).

E afinal, você poderia se perguntar, qual é o interesse dessa discussão para um psicólogo social, ou para aqueles que querem pensar a sua História? A crítica à noção de fato histórico certamente é um elemento fundamental para o desenvolvimento dessa questão. Segundo Le Goff (2011, p. 138) "Não há realidade histórica que funcione como um chavão e que se proponha ao historiador por si mesma". A própria História é fruto de uma fabricação, uma invenção. É a partir dessa história fragmentada, em que a História dá lugar a histórias, em que o tempo único é substituído por temporalidades heterogêneas, explorando objetos diversos, que observamos a aproximação da Psicologia Social à Nova História.

Dois livros publicados nos anos de 1978 e 1980, ambos de historiadores franceses e representantes da terceira geração da Escola dos Annales, passariam a ser usados, nas décadas seguintes, como referências nos cursos de Psicologia Social. O primeiro, História Social da Criança e da Família , de Philippe Ariès; o segundo, A Polícia das Famílias , de Jacques Donzelot. Nesse mesmo período, a Psicologia Social no Brasil passava pela “crise”, que os Estados Unidos e a Europa conheceram entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 (já falamos dela no capítulo 3). Esta mesma crise gerou, entre nós, reflexões teóricas e metodológicas que permitiram o surgimento de teorias discordantes em relação à Psicologia Social norte-americana. É neste contexto, de crítica conceitual, de reformulação das questões em Psicologia Social no Brasil que houve a busca de diálogos com outros campos do saber: a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia e a História.

O uso da historiografia da Nova História na Psicologia e na Psicologia Social se deve, especialmente, ao processo de crítica aos fundamentos da Psicologia científica no Brasil. A adoção desta teoria histórica como método para historicizar a Psicologia Social, no entanto, pode trazer, em especial àqueles recém iniciados na discussão historiográfica, a dificuldade de não confundí-la/aproximála de outros projetos metodológicos, como a História cultural e a arqueologia/genealogia de Michel Foucault. O uso da Nova História é mais evidente a partir da utilização de alguns de seus autores, como Ariès e Donzelot, para pensar temas como a infância, a família, a escola, a morte, dentre outros temas.

E como a Psicologia se apropriou das contribuições da Nova História para pensar esses mesmos temas? No estudo das idades da vida: infância e adolescência, há teorias psicológicas que apresentam características psíquicas fixas, naturais à nossa espécie. Considerando a contribuição de autores como Philippe Ariès e Jacques Donzelot será possível, a partir de um diálogo com a História, desnaturalizar essas “verdades” construídas pela Psicologia.

Em Fernandes; Duarte; Rodrigues (2003), há uma apresentação da Nova História como um método historiográfico. O mesmo ocorre em Massimi; Campos; Brozek (2008). No entanto, nesta última referência, há uma

preocupação, mais específica, em pensar as contribuições da Nova História para a historiografia da Psicologia.

Encontramos em outras referências (FERREIRA, 2015; DEGANI-CARNEIRO, JACÓ-VILELA, 2012; GOMES, 2005; RODRIGUES, 2000), o uso de autores desta teoria histórica para pensar temas distintos, no entanto, tais estudos sustentam não apenas uma preocupação com a historicização de seus objetos, mas também o entendimento de que o saber psicológico é um artifício, uma fabricação dos homens de uma época e de um lugar.

Devemos pensar que a Psicologia Social, a partir do encontro com a História, passa não mais a considerar, sem problematizar, as acumulações de conhecimento utilizáveis para efeito de previsão e controle. Na Psicologia Social de orientação positivista, não se nega a ocorrência de mudanças, mas ela sustenta a permanência de estruturas que se manteriam inalteráveis ao longo do tempo (AUGRAS, 1995).

Outra contribuição da Nova História para a historiografia da Psicologia Social foi o uso de outros documentos para a pesquisa histórica em Psicologia, como fontes orais e os escritos de personagens à margem da Psicologia hegemônica. Por último, chamamos a sua atenção para a aproximação da Psicologia Social das demais Ciências Humanas, em parte, fruto de outro modo de pensar o social submetido à História.

O efeito Foucault na historiografia da Psicologia Social

Foucault apresenta uma importante discussão sobre a teoria histórica. No final dos anos de 1960, com a publicação da sua obra A Arqueologia do Saber , este autor passa a apresentar importantes discussões e questionamentos ao campo histórico.

Vale ressaltar o fato de Foucault ter se aproximado das discussões realizadas pela Nova História. A primeira parte da obra que citamos acima apresenta os pressupostos e postulados desta teoria crítica no campo da História. No entanto, posteriormente, nos anos de 1980, deu lugar a diferenças e discordâncias (RODRIGUES, 2000).

Foucault criticava a historiografia positivista, seus neutralismos e universalizações. Por isso, como afirma Paul Veyne (1995), Foucault “revoluciona” a História:

A história-genealogia à Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos, nem as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades (p. 180).

Em um importante texto “Nietzsche, a Genealogia e a História” (1990), temos boas pistas para compreender o caminho próprio que Foucault percorreu com o seu pensamento. Influenciado por Nietzsche, Foucault se opôs à busca da origem, da Ursprung . O projeto da genealogia foucaultiana propõe:

que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (p. 17-18).

O genealogista necessita da História para afastar a quimera da origem. A genealogia não recua no tempo para restabelecer o que foi esquecido, não busca a continuidade, ela é, antes de tudo, crítica, busca demarcar os acidentes, os desvios.

Na História, a repercussão do pensamento de Foucault provocou muitas discordâncias e acusações (RAGO, 2004). Nas demais ciências humanas e, particularmente, na Psicologia e no Brasil das décadas de 80 e 90, tornou-se instrumento de crítica de saberes e práticas estabelecidas.

Em maio de 1978, o italiano Rovatti, diretor do periódico Aut-aut , teria utilizado a expressão “ effeto Foucault” para se referir à extrema esquerda italiana. Teria havido um “efeito Foucault” sobre a Psicologia Social no Brasil? Parece-nos que o “convite” feito a Foucault para seminários e conferências nos anos de 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976 evidenciou o interesse de algumas áreas de conhecimento no Brasil pelo seu pensamento (RODRIGUES, 2016).

Consideramos possível sustentar a hipótese de que, nas décadas de 80 e 90, o “efeito Foucault” já se produzia entre os psicólogos no Brasil. Segundo Coimbra e Nascimento (2001, p. 245):

O efeito Foucault nos tem permitido estranhar a separação entre psicologia e política, pois em momento algum esses dois domínios se excluem. Ao trabalhar em psicologia – na pesquisa, na docência, na orientação de alunos, nas intervenções em diferentes estabelecimentos – estamos atravessados e constituídos a todo momento pelos conhecimentos específicos de nossa área, pelo lugar legitimado de saber/poder que ocupamos socialmente, por nossas implicações e crenças políticas, pelo contexto histórico em que vivemos, pelos diferentes saberesexperiências que vão nos constituindo ao longo de nossa trajetória, pelas diferentes escolhas e opções que vamos realizando, pelos múltiplos encontros e agenciamentos que vão acontecendo em nossas vidas. Hoje é impossível para nós separar o que é psicológico do que é político; negamos suas essências, apostamos na constituição histórica desses campos de conhecimento e nas articulações que se operam entre eles.

Assim como enfatizamos na apresentação da Nova História, e agora na exposição do pensamento de Foucault, a relação da Psicologia no Brasil com ambas as teorias proporcionou pensar o homem como um sujeito na/da História. Salientamos ainda que Foucault parte, não de objetos, mas de práticas discursivas e não-discursivas, de saberes e fazeres. Temas como família, infância, sexualidade seriam examinados sob outra perspectiva. “Só as práticas existem; ou melhor, apenas o que são os dizeres e os fazeres em certo momento (...)” (RODRIGUES, 2000, p. 58). A partir de Foucault, caberia, portanto, à historiografia da Psicologia Social se debruçar tanto sobre suas teorias quanto sobre suas práticas.

Quando realizamos a apresentação da Nova História nos deparamos com a dificuldade em mapear trabalhos que usassem esse mesmo referencial para historicizar a Psicologia Social, pois como afirma Massimi (2000), “A historiografia da Psicologia no Brasil é uma área de estudos relativamente recente (...)”. E mais nova ainda é a historiografia da Psicologia Social no Brasil. Com Foucault não foi diferente, apesar do efeito Foucault na Psicologia no Brasil, de muitos trabalhos usarem seu pensamento e da sua influência na discussão de temáticas como poder, subjetividade e sexualidade, nos estudos em Psicologia Social. Novamente, devemos considerar a observação de Massimi (2000). Além disso, muitos trabalhos que historicizavam a Psicologia Social nesse período não apresentavam questionamentos sobre a teoria histórica utilizada. Ou ainda, alguns desses estudos históricos se apoiavam em uma tradição da História das ciências que realiza a pesquisa histórica a partir da querela entre internalismo e externalismo.

Desdobramentos do marxismo na historiografia da Psicologia Social no Brasil

Bock e Furtado (2005), no texto “A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo”, apresentam Manoel Bomfim como o pioneiro no uso das ideias de Marx na Psicologia. Temporalmente, estamos no início do século XX. Já em meados desse mesmo século, Dante Moreira Leite, em sua obra O Caráter Nacional Brasileiro , apresentaria, segundo Bock e Furtado, influência claramente marxista. Tanto Manoel Bomfim quanto Dante Moreira Leite são autores referenciados na formação dos psicólogos sociais no Brasil.

Ainda segundo Bock e Furtado (2005) pode-se apontar para vários e diferentes momentos em que o materialismo histórico passa a fazer parte do referencial teórico da Psicologia. Tal fato permite distintas análises historiográficas.

As décadas de 1970 e 1980 foram importantes para a Psicologia Social no Brasil. Nesse período, houve a hegemonia da Psicologia Social norte-americana na formação dos psicólogos brasileiros. No entanto, é nesse mesmo período histórico que vão ocorrer leituras e análises críticas no campo da Psicologia Social no Brasil.

A partir dos confrontos que vão se delineando mais claramente nos anos de 1980, entre a perspectiva norte-americana e as demais leituras no campo social, como o movimento institucionalista, a Psicologia Social Sócio-Histórica, e a Psicologia Comunitária, percebemos o surgimento de uma diversidade de objetos e métodos na Psicologia Social no Brasil.

Em São Paulo, Silvia Lane apresentava questionamentos aos pressupostos epistemológicos e teóricos da Psicologia Social e sustentava seus argumentos críticos a partir do materialismo histórico-dialético. Estas reflexões, no ano de 1984, foram apresentadas na publicação do livro Psicologia Social: o homem em movimento . Desde a introdução, fica evidente a influência marxista sobre Lane e seu grupo. Entre os capítulos, encontramos títulos como: “A dialética marxista: uma leitura epistemológica”, ou ainda, “Consciência/alienação: a ideologia no nível individual”. O primeiro texto do livro, “A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia”, apresentaria um conjunto de críticas à Psicologia Social norte-americana, mas também proposições teóricas influenciadas pelo marxismo. A compreensão do homem como um sujeito da/na História estaria presente no seguinte trecho (LANE, 1984, p. 13):

quando as ciências humanas se atêm apenas na descrição, seja macro ou microssocial, das relações entre os homens e das instituições sociais, sem considerar a sociedade como produto histórico-dialético, elas não conseguem captar a mediação ideológica e a reproduzem como fatos inerentes à “natureza” do homem.

É importante observar que a apresentação de um outro modo de pensar o homem e a sua relação com a História vai permitir – como foi com a Nova História e com a proposta foucaultiana – aos psicólogos sociais no Brasil terem ferramentas conceituais para pensarem o seu objeto na História, bem como para historicizá-las. Pois é, mais uma vez, chamamos a sua atenção para a importância da tarefa recente que é a investigação histórica da Psicologia Social no Brasil.

Como um texto de introdução aos estudos em História da Psicologia Social, não buscamos esgotar nenhuma questão, mas localizar problemas nos modos de produzir o conhecimento histórico em Psicologia, procurando despertar interesses manifestos e latentes para as diferentes teorias históricas e seus desdobramentos. Esperamos, com os convites e provocações que realizamos ao longo do texto, despertar o entusiasmo pela História da Psicologia, assim como contribuir na formação de pesquisadores neste campo.

REFERÊNCIAS:

ALLPORT, G. The Historical Background of Social Psychology. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. Handbook of Social Psychology . Third edition, vol. 1. New York: Random House, 1985.

ASCH, S. E. Psicologia Social . Rio de Janeiro: Nacional, 1960.

AUGRAS, M. Alteridade e Dominação no Brasil: Psicologia e Cultura . Rio de Janeiro: NAU Editora, 1995.

BLONDEL, C. Introdução à Psicologia Coletiva . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

BOCK, A. M B. & FURTADO, O. A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L. & PORTUGAL, F. História da Psicologia: Rumos e Percursos . Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

BOMFIM, E. Raul Carlos Briquet . Rio de Janeiro/Brasília: Imago/CFP, 2002.

__. Psicologia Social no Brasil . Belo Horizonte: edições do Campo Social, 2003.

__. Históricos Cursos de Psicologia Social no Brasil. Psicologia & Sociedade , 16 (2):32-36; maio/agosto, 2004.

BURKE, P. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia . São Paulo: UNESP, 1987.

CAMPOS, R. H. F de. & GUARESCHI, P. A. (Orgs.). Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana . Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2000.

COIMBRA, M. C. B. & NASCIMENTO, M. L. O efeito Foucault: desnaturalizando verdades, superando dicotomias. Psicologia: Teoria e Pesquisa , 2001, vol. 17, n. 3, pp. 245-248.

DEGANI-CARNEIRO, F. & JACÓ-VILELA, A. M. O cuidado com a infância e sua importância para a constituição da Psicologia no Brasil. Interamerican Journal of Psychology, vol. 46, núm. 1, 2012, pp. 159-169.

DOSSE, F. A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido . São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

FARR, R. The Long Past and the Short History of Social Psychology. In: European Journal of Social Psychology , vol. 21, Issue 5, September/October 1991, p. 371-380.

__. As Raízes da Psicologia Social Moderna . Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2002.

FERNANDES, P. J.; DUARTE, M. G. S. & RODRIGUES, H. de B. C. Para uma história do Institucionalista no Brasil: polêmicas relativas à História Oral. In:

JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C. & RODRIGUES, H de B. C. Paradigmas: Historiografia, Psicologia, Subjetividades . Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

FERREIRA, M. S. Por uma Concepção Crítica da Infância . Psicologia & Sociedade, 27 (2), 394-403.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder . Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GINSBERG, M. Psicologia da Sociedade . Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966.

GOMES, R. F. F. Infância e Diversidade: um estudo sobre significações de gênero no brincar . 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

JACÓ-VILELA, A. M. & SATO, L. (Orgs.). Diálogos em Psicologia Social . Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2007.

KLINEBERG, O. Psicologia Social . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1957.

LAMBERT, W. W. & LAMBERT, E. W. Psicologia Social. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966.

LANE, S. Psicologia Social: o homem em movimento . São Paulo: Brasiliense, 1984.

LE GOFF, J. A História Nova. In: NOVAIS, F. A. &

SILVA, R. F. da. Nova História em Perspectivas . São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MAISONNEUVE, J. Psicologia Social . São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

MASSIMI, M. Historiar a Psicologia: assumindo uma perspectiva e um lugar de observação. In: Anais do 1º Seminário de Historiografia da Psicologia . São Paulo, 2000.

MASSIMI, M.; CAMPOS, R. H. F. de. & BROZEK, J. In: FREITAS, R. H. de F. (Org.). História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino [Online]. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

NOVAIS, F. A. & SILVA, R. F. da (Orgs.). Nova História em Perspectiva: propostas e desdobramentos . Volume 1. São Paulo: CosacNaify, 2011.

__. Nova História em Perspectiva: debates . Volume 2. São Paulo: CosacNaify, 2013.

PENNA, A. G. História das Ideias Psicológicas . Rio de Janeiro: Imago, 1991.

RAGO, M. Foucault, História & Anarquismo . Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

RAMOS, A. Introdução à Psicologia Social . Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

RODRIGUES, H. de B. C. Ensaios sobre Michel Foucault no Brasil: presenças, efeitos e ressonâncias . Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

__. Construindo a História do Institucionalismo no Brasil: Linhas, modelos e ação. In: Anais do 1º Seminário de Historiografia da Psicologia . São Paulo, 2000.

STOETZEL, J. Psicologia Social . Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1967.

VEYNE, P. Como se Escreve a História . Brasília: Ed. UNB, 1995.

WERTHEIMER, M. Pesquisa histórica – Por que? In: BROZEK, J. & MASSIMI, M. (Orgs.). Historiografia da Psicologia Moderna: versão brasileira . São Paulo: edições Loyola, 1998.

ZAJONC, R. B. Psicologia Social: do ponto de vista Experimental . São Paulo: Herder, 1969.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre de Carvalho Castro .

Docente e pesquisador. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas e Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro (CEFET-RJ).

o.aken@uol.com.br

Cristiana Facchinetti .

Docente e pesquisadora. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Programa de Mestrado Profissional em Atenção Psicossocial do IPUB/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

cristianafac2011@gmail.com

Fernando Lacerda Jr .

Docente e pesquisador. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Goiás (UFG).

fernando_lac@yahoo.com.br

Francisco Teixeira Portugal .

Docente e pesquisador. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

fportugal@ufrj.br